



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSPECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

RELATÓRIO
DE
AUDITORIA
PEDAGÓGICA

EB 2,3 DOS ARRIFES

2002

	Págs.
ÍNDICE GERAL	01
ÍNDICE DE GRÁFICOS	03
 CAPÍTULO 1 	
Introdução	05
Objectivos	06
Metodologia	06
 CAPÍTULO 2 	
I -Caracterização da escola	
Identificação	08
Regime de funcionamento	08
Órgãos de administração e gestão	08
II -População escolar	
Caracterização da população escolar	09
Apoios socioeducativos	12
Enquadramento sociocultural das famílias	12
III -Recursos humanos	
Caracterização do pessoal docente	14
Distribuição do serviço docente	17
Caracterização do pessoal não docente	18
Satisfação do pessoal docente, discente, não docente e encarregados de educação	19
IV -Recursos físicos	
Espaços	23
Equipamento tecnológico	24
Qualidade e bem-estar das instalações	24
V -Recursos financeiros	
Distribuição dos recursos financeiros da escola	28
VI -Projecto curricular	
Ofertas curriculares	29
Cumprimento de programas	29
Tempo dedicado às aprendizagens	30
Apoio educativo	31
Formação de professores	31

VII -Contextos Educativos	
Participação da comunidade na vida da escola	32
Incidentes críticos	32
Participação da comunidade educativa nas decisões	32
Trabalho cooperativo entre professores	37
VIII -Resultados dos alunos	
Qualidade do sucesso	39
Taxa de abandono real	43

CAPÍTULO 3

I - O desempenho da escola	
Instrumentos de autonomia da escola	44
Funcionamento dos órgãos de gestão	46
II – Recomendações	49

ÍNDICE DE GRÁFICOS

1- Distribuição da População Escolar	09
2- Dimensão e Constituição das Turmas	10
3- Número Mínimo e Máximo de Alunos por Turma	10
4- Número Mínimo e Máximo de Repetentes por Turma	11
5- Número de Alunos por Turma no Ensino Recorrente e PROFIJ	11
6- Nível de Escolaridade dos Pais	12
7- Nível Profissional das Famílias	13
8- Categoria Profissional do Pessoal Docente	14
9- Qualificação Profissional dos Professores	15
10- Experiência e Antiguidade dos Professores	16
11- Qualificação Profissional dos Responsáveis pela Gestão Interna	17
12- Pessoal Não Docente e Categoria Profissional	18
13- Nível de Satisfação dos Docentes	19
14- Nível de Satisfação dos Alunos	20
15- Nível de Satisfação do Pessoal Não Docente	21
16- Nível de Satisfação dos Encarregados de Educação	22
17- Equipamento Tecnológico	24
18- Nível de Qualidade e Bem-Estar dos Professores.	25
19- Nível de Qualidade e Bem-Estar dos Alunos	26
20- Nível de Qualidade e Bem-Estar do Pessoal Não Docente	27
21- Distribuição dos Recursos Financeiros da Escola	28

22- Cumprimento do Programa de Língua Portuguesa	29
23- Tempo Dedicado às Aprendizagens	30
24- Distribuição dos Apoios Educativos por Anos	31
25- Nível de Participação do Pessoal Docente na Fase da Discussão	33
26- Nível de Participação dos Alunos na Fase da Discussão	34
27- Nível de Participação do Pessoal Não Docente na Fase da Discussão	35
28- Nível de Participação dos Pais na Fase da Discussão	36
29- Cooperação entre Professores (aspectos pedagógicos)	37
30- Cooperação entre Professores (aspectos gerais)	38
31- N.º e Percentagem de Alunos Transitados com Aprovação	39
32- N.º e Percentagem de Alunos s/ Aproveitamento a uma ,duas ou mais Disciplinas	40
33- N.º e Percentagem de Alunos s/Aproveitamento a L.Port. ou Mat. e a L. Port.e Mat.	41
34- Percurso de uma Cohorte de Alunos	42
35- Taxa de Abandono Real (total de alunos matriculados)	43
36- Taxa de Abandono Real (desistências ao longo do ano)	43

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

A auditoria pedagógica, sendo uma modalidade de intervenção prevista no Plano Anual de Actividades da IRE, permite uma dinâmica de intervenção pedagógica, pela equipa inspectiva, que articula a avaliação interna da escola com a avaliação externa.

Surge, desta forma, no âmbito das competências estabelecidas na alínea a) do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2002/A, de 26 de Julho, que aprovou a orgânica da Inspeção Regional de Educação, nomeadamente “*conceber, planear, coordenar e avaliar a execução de inspecções, auditorias e vistorias aos estabelecimentos e serviços integrados no sistema educativo*”, competindo-lhe “*recolher informações e elaborar relatórios sobre a situação dos estabelecimentos e serviços em matéria pedagógica e administrativo-financeira no âmbito das acções inspectivas efectuadas*”, de acordo com o teor do mesmo diploma, na alínea e) do seu artigo 3.º.

Nesse sentido, esta articulação garante a convergência de interesses e assegura o controlo e a dinamização do sistema e das respectivas instituições.

Por outro lado, a auditoria enquadra-se numa filosofia que, sem esquecer a conformidade normativa, privilegia não só a compreensão das soluções e das iniciativas das escolas, como a necessidade de contextualizar certos aspectos, para garantir melhor funcionamento e melhores resultados no âmbito das respectivas autonomias.

Para além disso, a auditoria é em si mesma uma estratégia de diagnóstico e de resolução de problemas, com capacidade mobilizadora das comunidades educativas.

Deste modo, contribui para melhorar a qualidade da educação, na medida em que permite a realização dum processo que é continuamente construído e reflectido.

Sendo esta auditoria de carácter parcelar, o seu objecto centrou-se na avaliação dos alunos, nas suas vertentes pedagógica e organizacional, pretendendo desta forma avaliar o modo como a EB 2,3 de Arrifes organizou o respectivo processo.

A escolha desta área prendeu-se com a importância que o processo de avaliação dos alunos desempenha no contexto do ensino/aprendizagem sem esquecer que, como elemento integrado, integrante e regulador da prática educativa, permite a recolha sistemática de informações destinadas a apoiar a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.

Na impossibilidade de análise do processo em todas as disciplinas do currículo, foi seleccionada a disciplina de Língua Portuguesa, por constituir uma área de formação transdisciplinar, no âmbito do ensino básico.

Tendo sido o ano lectivo findo, o ano de implementação da nova reorganização curricular no ensino básico, interessou de forma particular verificar o modo como a escola em questão discutiu e pôs em execução este novo modelo de organização pedagógica.

OBJECTIVOS

A auditoria teve como objetivos:

1. Analisar o modo como a **Escola Básica 2,3 de Arrifes** organiza o processo de avaliação dos alunos.

Para isso foi necessário verificar se:

- Os documentos consolidadores da autonomia da escola contemplavam o domínio da avaliação dos alunos;
 - Os critérios gerais de avaliação estavam definidos a nível de conselho pedagógico, operacionalizados em conselho de departamento /grupo/disciplina e aplicados em conselho de turma;
 - Os critérios definidos contemplavam o domínio dos conhecimentos, competências, atitudes e valores;
 - Os alunos e encarregados de educação eram intervenientes no processo de avaliação, de acordo com normas previstas no Regulamento Interno;
 - Eram praticadas as diferentes modalidades de avaliação;
 - Eram utilizados meios de avaliação adequados e diversificados;
 - Eram utilizadas diversas modalidades de apoio educativo;
 - Os registos de avaliação dos alunos eram elaborados com clareza e em linguagem compreensível para os pais/ encarregados de educação;
 - A escola reflectia sobre os resultados obtidos pelos alunos;
 - Essa reflexão conduzia a alterações na organização do processo de ensino/aprendizagem.
2. Fomentar procedimentos indutores da auto-avaliação da escola, através da avaliação externa, com vista ao controlo da qualidade educativa.

METODOLOGIA

A acção compreendeu a concepção e elaboração prévias do material constante dos cadernos I e II.

O caderno I reúne um conjunto de materiais de suporte teórico e organizativo do projecto de Auditoria, com carácter de documento orientador. É um manual de apoio aos inspectores auditores, bem como aos agentes das próprias escolas, ao mesmo tempo que funciona como documento de registo da informação recolhida pela escola. Esta recolha constituiu uma fase de auto-avaliação da Escola e serviu de base ao trabalho dos inspectores auditores.

O caderno II constitui o roteiro do trabalho da equipa inspectiva no terreno e contém a indicação do tipo de informação a obter.

A auditoria iniciou-se com o envio do ofício n.º 94, de 04-04-2002, pela IRE, a dar conta da selecção da escola para o projecto de auditoria e a informar da data da 1.ª reunião a realizar com as estruturas de gestão da mesma.

A reunião de apresentação da auditoria à comunidade educativa realizou-se no dia 24 de Abril e foi feita pelas inspectoras sedeadas em Ponta Delgada, Maria de Lurdes Teixeira Dias e Maria Filomena Tavares Silva de Medeiros, tendo estado presente o Inspector Regional de Educação.

O trabalho de campo iniciou-se no dia 21 de Maio, com uma cuidada apresentação da escola feita pelo Presidente do Conselho Executivo e decorreu até ao dia 3 de Junho, tendo sido realizado pelas inspectoras Maria Amélia Campos, Maria de Lurdes Teixeira Dias e Maria Filomena Medeiros.

No âmbito do trabalho de campo procedeu-se:

1- À análise de documentos:

- Projecto Educativo da Escola (P.E.E.);
- Plano Anual de Actividades (P.A.A.);
- Regulamento Interno (R.I.);
- Actas da Assembleia de Escola;
- Actas do Conselho Executivo;
- Actas do Conselho Pedagógico, a partir de Março de 2001;
- Actas do Conselho de Departamento de Línguas;
- Actas do Conselho de Grupo/Disciplina de Língua Portuguesa ;
- Actas de Conselhos de Turma;
- Projectos Curriculares de Turma;
- Pautas do 1.º período de duas turmas por ano de escolaridade;
- Cadernos de registo diário de actividades dos alunos, relativos à disciplina de Língua Portuguesa;
- Dossiês de Directores de Turma;
- Dossiê da disciplina de Língua Portuguesa;
- Livros de registo de sumários;
- Alguns dossiês do PROFIJ.

2- A entrevistas a elementos da escola:

- Presidente do Conselho Executivo;
- Presidente do Conselho Pedagógico;
- Presidente da Assembleia de Escola;
- Presidente da Associação de Pais;
- Encarregado do Pessoal Auxiliar;
- Coordenador de Directores de Turma/ Directores de Turma;
- Delegados/Representantes da disciplina de Língua Portuguesa dos 2.º e 3.º ciclos;
- Responsável pela área curricular não disciplinar de Estudo Acompanhado;
- Responsável pelo PROFIJ.

Concluído o trabalho de campo, a equipa elaborou o pré-relatório que foi tornado presente à comunidade educativa no dia 11 de Junho de 2002, pelas inspectoras intervenientes no processo de auditoria.

O pré-relatório apresentou uma primeira síntese da observação e recolhas feitas, possibilitando um confronto de opiniões com os presentes, uma vez que se tratava de uma visão externa da escola a ser confrontada com a visão interna da mesma, havendo lugar à contestação por parte de alguns elementos da escola, bem como a opiniões e justificações das respectivas tomadas de posição. Em nosso entender, foi um momento importante para todos os presentes.

CAPÍTULO 2

I CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Identificação: EB 2,3 de Arrifes

A Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos de Arrifes fica situada na Rua Cardeal D. Humberto de Medeiros, nos Arrifes, 9500-376 Ponta Delgada, com o telefone n.º 296 205390 e fax n.º 296682678.

É constituída por 6 edifícios com 28 salas consideradas normais e 12 salas específicas.

Serve, provisoriamente, uma população escolar oriunda de meios tipicamente rurais, nomeadamente das freguesias de Sete Cidades, Mosteiros e Pico de Mafra, Várzea, Candelária, Ginetes, Feteiras, Relva e Arrifes, que permanece na escola até final da escolaridade básica.

Regime de funcionamento

Funciona em regime normal, iniciando a sua actividade às 8:30 horas.

O período da manhã termina às 13:25 horas, enquanto que o da tarde decorre entre as 13:30 e as 16:50 horas e o nocturno entre as 19:00 e as 23:10 horas, pelo que o tempo real de abertura semanal da escola é de **76 horas e 15 minutos**, dados estes fornecidos pela escola em referência.

Órgãos de administração e gestão

Os órgãos de administração e gestão da escola encontram-se devidamente instalados e desempenham as suas competências de acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, aplicado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/99/A, de 21 de Maio.

Verificou-se, no entanto, que a nível da **Assembleia de Escola**, as actas que existiam eram em quantidade muito reduzida (não existem actas de 2001 e 2002, por exemplo) e, estando a ser registadas no livro próprio, apresentavam incorrecções ortográficas inquantificáveis, para além de várias rasuras. As folhas do livro de actas não estavam rubricadas.

Nas reuniões da Assembleia de Escola apenas participam professores, pais e não docentes.

O dossiê da Assembleia de Escola apresenta-se bem elaborado.

No âmbito do **Conselho Administrativo**, as folhas do livro de actas estavam devidamente rubricadas, contudo verificou-se a falta de muitas actas bem como das respectivas assinaturas.

II POPULAÇÃO ESCOLAR

Caracterização da população escolar

A população escolar é constituída por um total de **1227 alunos** sendo **646 do 2.º ciclo** (inclui os alunos do Programa Oportunidade – 84 alunos do 5.º ano e 21 do 6.º ano), **474 do 3.º ciclo**, **24 do Ensino Recorrente** e **83 do PROFIJ**.

Esta distribuição pode ser observada através do gráfico 1.

Distribuição da População Escolar

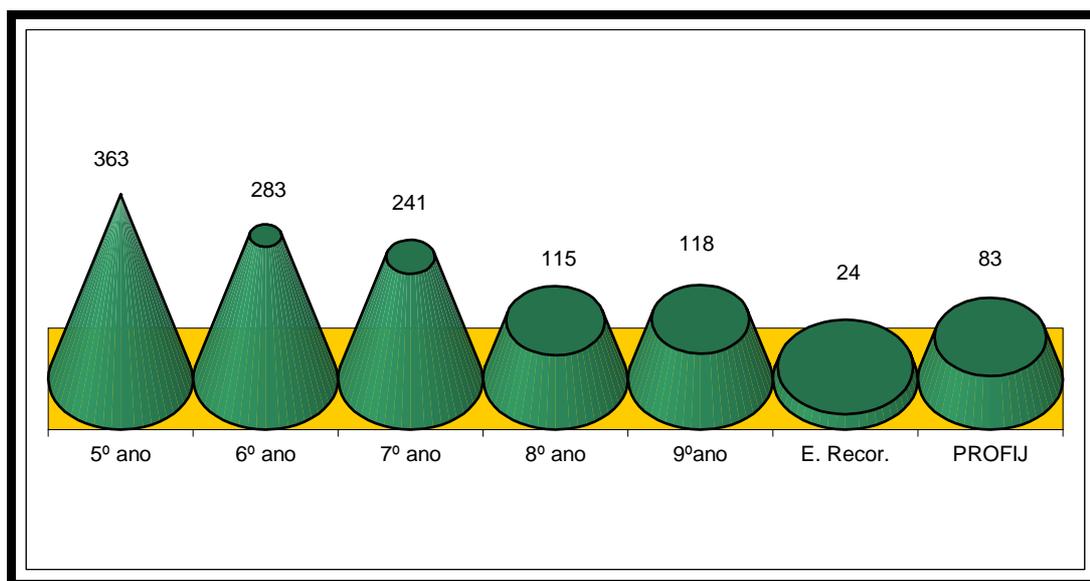


Gráfico 1

Dimensão e constituição das turmas

As **17 turmas do 5.º ano** são predominantemente constituídas por um número de alunos que oscila entre os **21** e os **34** existindo, no entanto, **5 turmas** referentes ao **Programa Oportunidade**, cuja constituição contém um número de alunos **inferior a 15**.

Por outro lado, verifica-se que a constituição das **12 turmas do 6.º ano** oscila dos **21** aos **25** alunos.

O **3.º ciclo** de escolaridade conta com **9 turmas no 7.º ano**, cada uma constituída por um número de alunos que varia entre os **26** e os **34**.

No **8.º** e no **9.º anos**, cada um com **5 turmas**, verifica-se uma oscilação entre os **21** a **25** alunos por turma.

A distribuição das turmas no gráfico 2 permite-nos uma leitura mais cuidada da mesma:

Dimensão e Constituição das Turmas

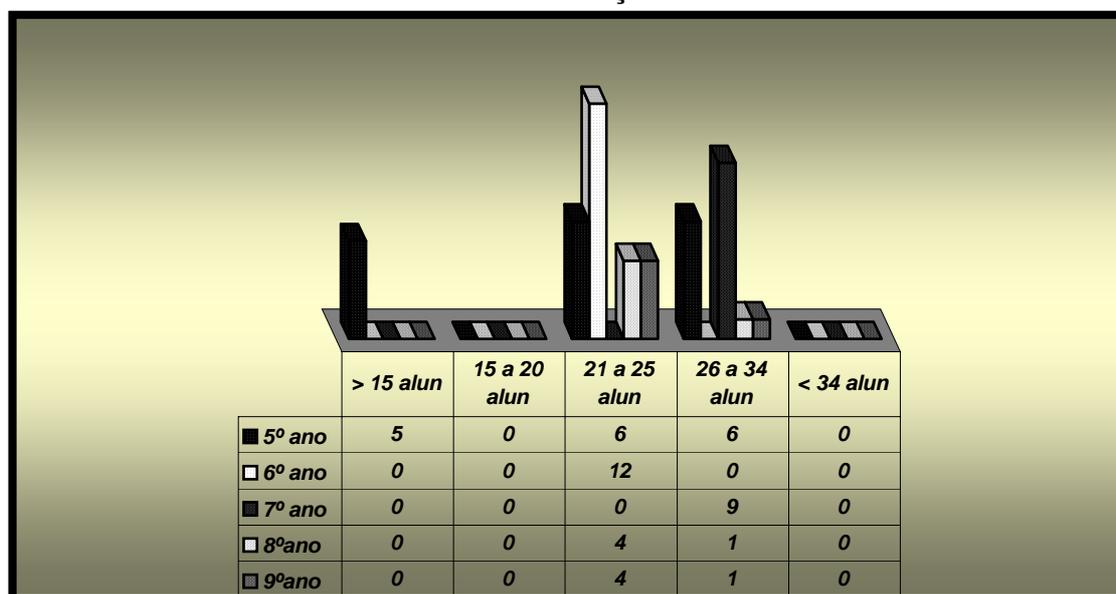


Gráfico 2

Número mínimo e máximo de alunos por turma

Verificamos também que o número máximo de alunos por turma é o mesmo para os 2 ciclos, o mesmo não acontecendo com o número mínimo, que é bastante mais baixo no 2.º ciclo, conforme se pode confirmar no gráfico 3.

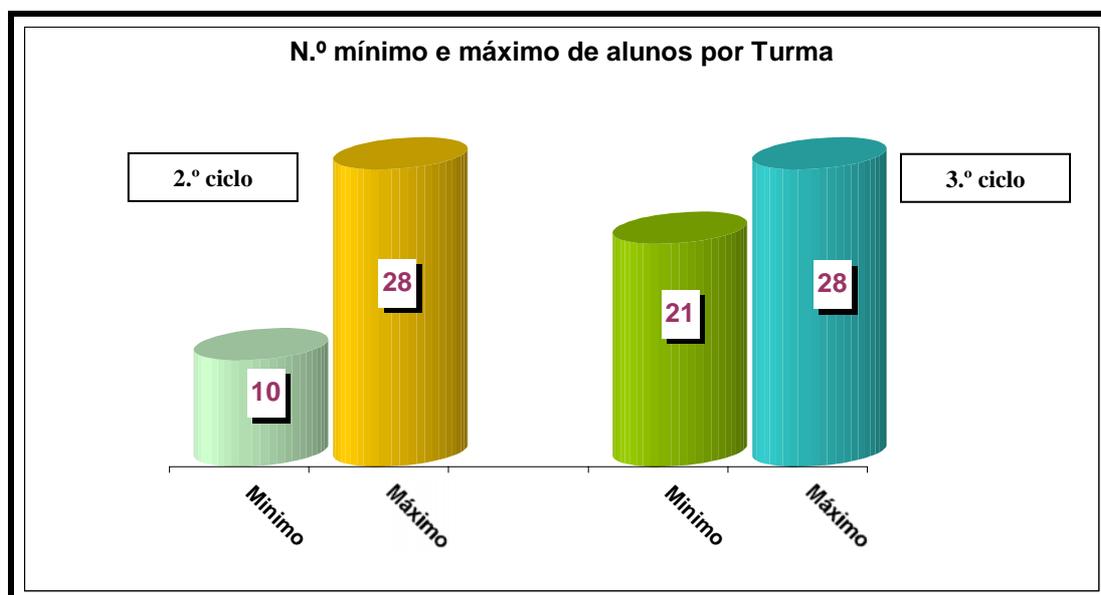


Gráfico 3

A leitura do gráfico 4 permite-nos verificar que o número de alunos repetentes por turma varia entre os 2 e 8, no 2.º ciclo e 1 e 7 alunos no 3.º ciclo:

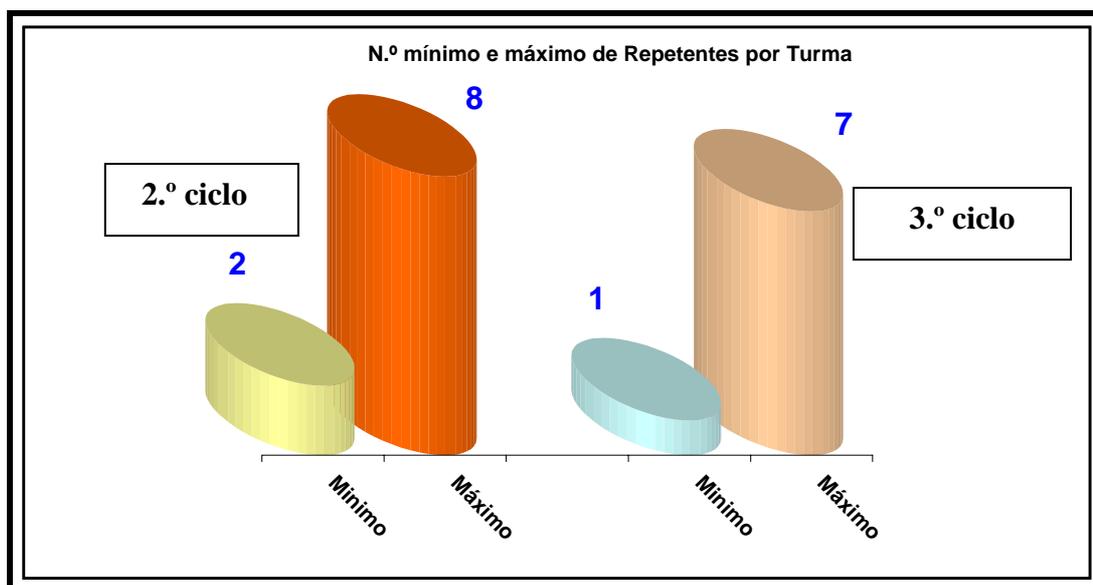


Gráfico 4

Relativamente ao **Ensino Recorrente**, existe apenas **1 turma com 24 alunos**, referente ao 3.º ciclo.

No que concerne ao **PROFIJ**, vamos encontrar **6 turmas** com uma constituição que oscila entre os **11** e os **19 alunos**, conforme os cursos e os respectivos níveis.

O gráfico 5 permite uma leitura mais detalhada destas turmas:

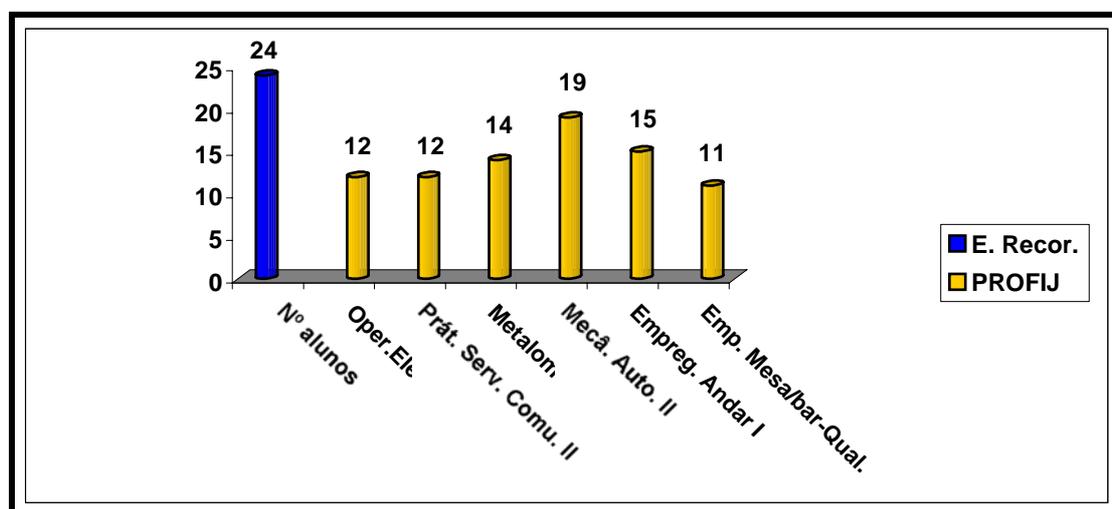


Gráfico 5

Apoios socioeducativos

Nesta escola **510** alunos beneficiam de **auxílios económicos directos**, sendo subsidiadas **676** refeições, por semana.

Utilizam transporte público subsidiado **361** alunos e **510** têm circuito especial.

Enquadramento sociocultural das famílias

Nível de escolaridade dos pais

O nível de escolaridade dos pais situa-se maioritariamente entre o 1.º e o 2.º ciclos do ensino básico, com tendência para o 1.º ciclo, o mesmo não acontecendo com as mães onde se verifica um equilíbrio entre os dois ciclos.

Note-se o facto de haver apenas um pai e uma mãe que não sabem ler nem escrever e cinco pais e quatro mães que possuem ensino superior. O gráfico 6 permite-nos uma leitura mais detalhada desta situação:

Nível de Escolaridade dos Pais

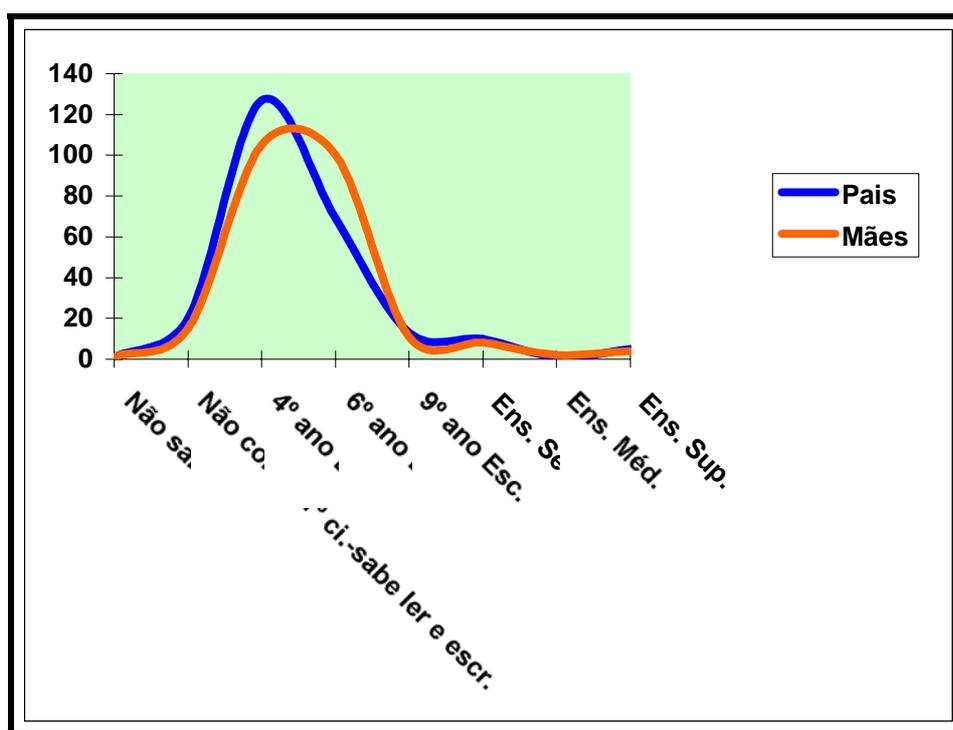


Gráfico 6

Nível profissional das famílias

A nível profissional, os pais são maioritariamente empregados do comércio e serviços e trabalhadores da construção civil, enquanto que as mães são predominantemente domésticas.

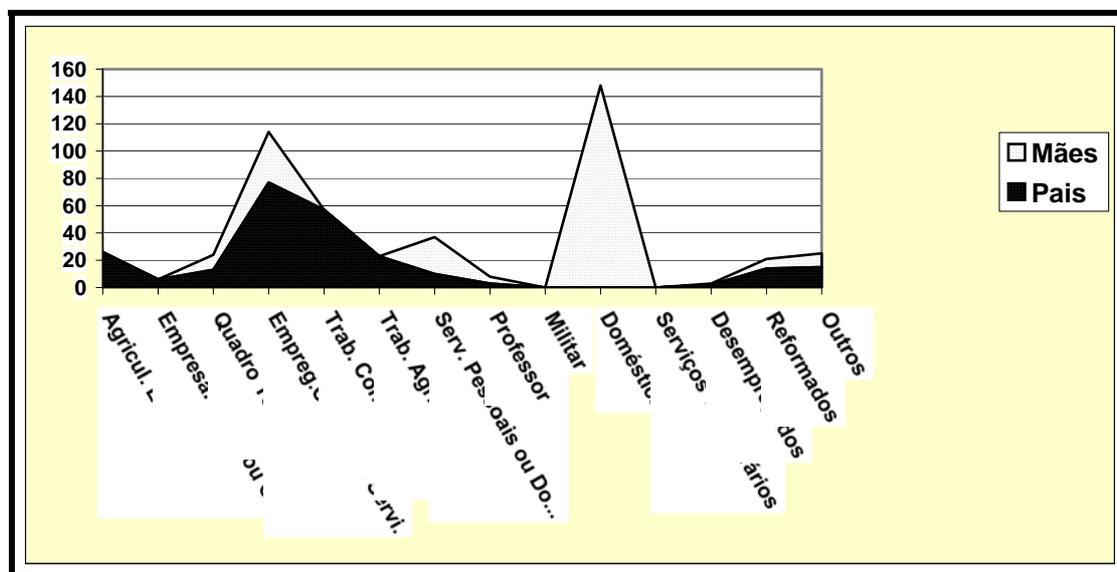


Gráfico7

Da leitura do gráfico 7 podemos concluir que, profissionalmente, os pais dos alunos da EB 2,3 de Arrifes se enquadram nos sectores secundário e terciário, enquanto que as mães são numa maioria significativa, domésticas.

III RECURSOS HUMANOS

Caracterização do pessoal docente

Na EB 2,3 de Arrifes existem **118** professores.

O gráfico 8 apresenta a distribuição dos docentes da escola nas respectivas categorias profissionais:

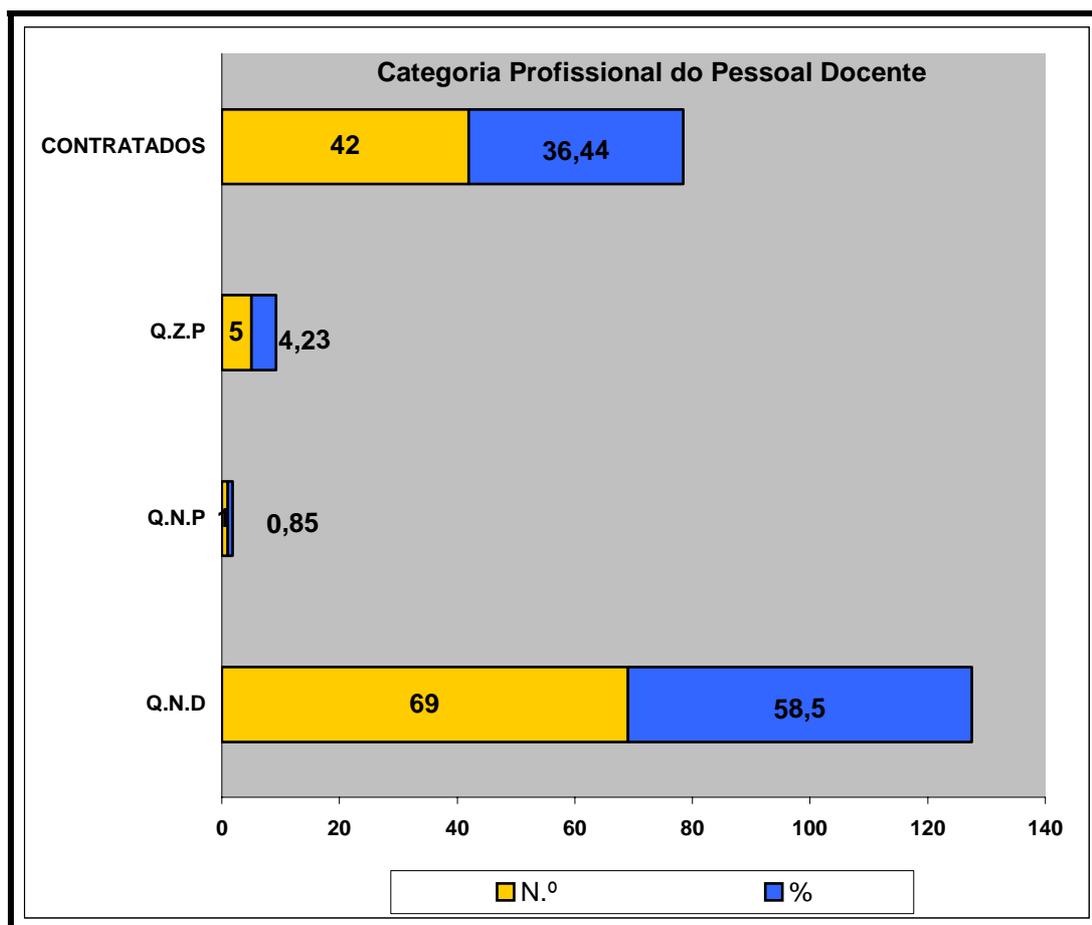


Gráfico 8

A leitura do gráfico 8 permite-nos ver que existe uma maioria de docentes que pertence ao Quadro de Escola. Contudo mostra também a existência de um total de 42 professores contratados, o que representa 36,4 % do corpo docente da escola.

Os professores, de um modo geral, distribuem-se de forma regular pelos dois turnos de funcionamento da escola: manhã e tarde, verificando-se a existência de 5 docentes, no turno da noite, a fim de dar resposta ao ensino recorrente.

Verificamos também um equilíbrio na distribuição dos docentes de acordo com a respectiva profissionalização.

Existem ainda 2 professores com total dispensa da componente lectiva e 1 com 75% de redução da componente lectiva, ao abrigo do artigo 81.º do ECD.

Ao Quadro de Escola pertencem ainda 6 professores em situação especial, sendo que 3 desempenham funções noutra escola, 1 exerce funções na SREC e 2 encontram-se em outras situações.

A experiência e antiguidade profissional dos professores podem ser observadas no gráfico 9:

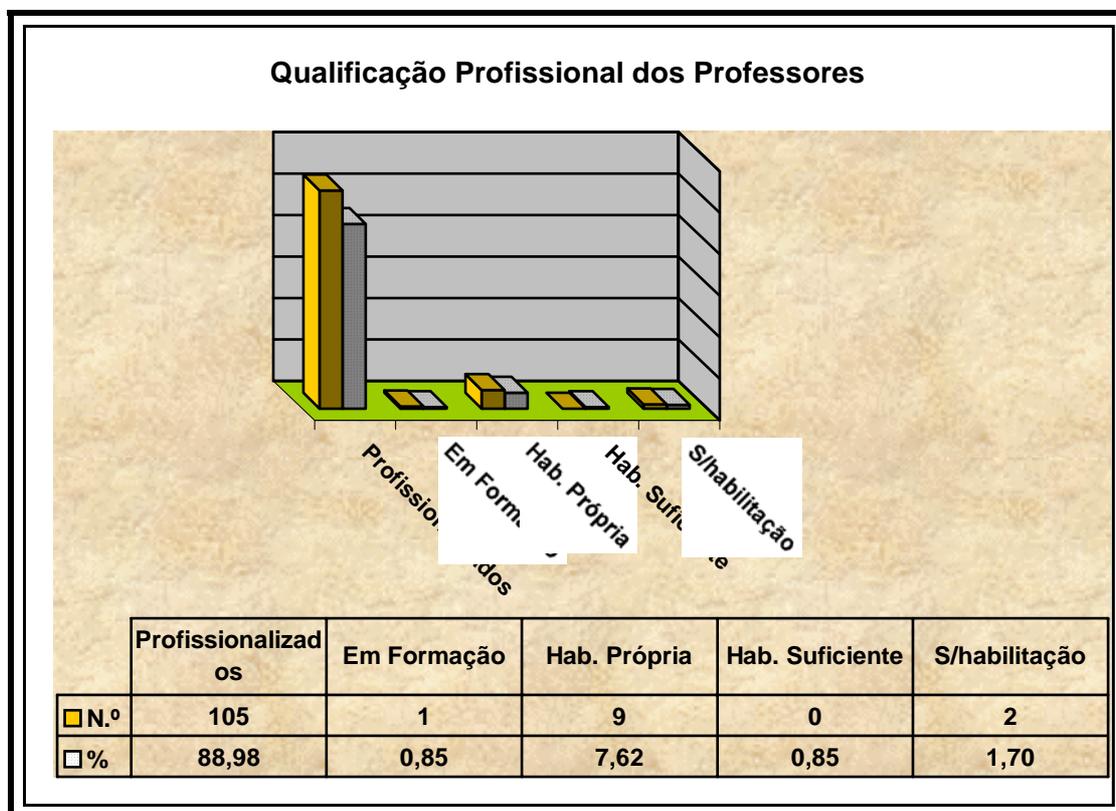


Gráfico 9

A nível de qualificação profissional verificamos que os docentes são maioritariamente **profissionalizados**, havendo apenas 1 professor com habilitação suficiente e 2 professores sem habilitação.

No âmbito da **experiência e antiguidade de serviço na escola** verificamos que **41** professores têm entre **1 a 5 anos de serviço**, enquanto que **58 e 46** desempenham a sua actividade na escola entre **0 e 1 ano** e entre **1 a 5 anos de serviço**, respectivamente.

O gráfico 10 permite uma leitura mais precisa, de acordo com os dados fornecidos pela escola.

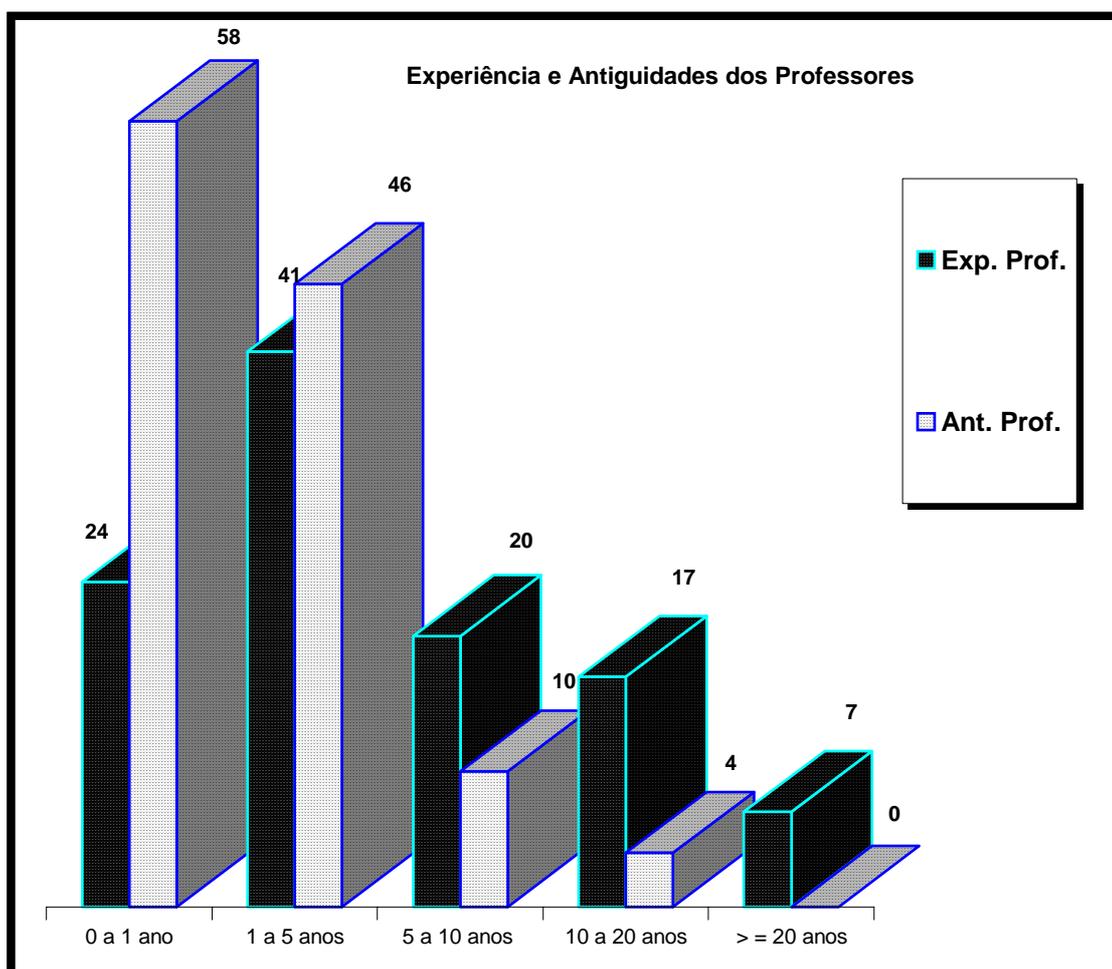


Gráfico 10

Em termos globais, podemos afirmar que existe um corpo docente flutuante, uma vez que permanecem na escola, **mais de 5 anos**, apenas **14 docentes**. Verifica-se também que **105 docentes** são **profissionalizados**, o que corresponde a 89% dos docentes em exercício na escola.

No Quadro de Escola verifica-se a existência de 69 docentes, o que corresponde a 68,5%.

O número de **semanários horários** completos distribuídos foi 117, tendo também sido atribuído 1 horário incompleto.

O **rácio** semanário-horário/aluno é de **0,095**.

Distribuição do serviço docente

A **Gestão Interna** do estabelecimento é desempenhada na sua totalidade por **Professores Profissionalizados**, conforme se pode observar no gráfico 11:

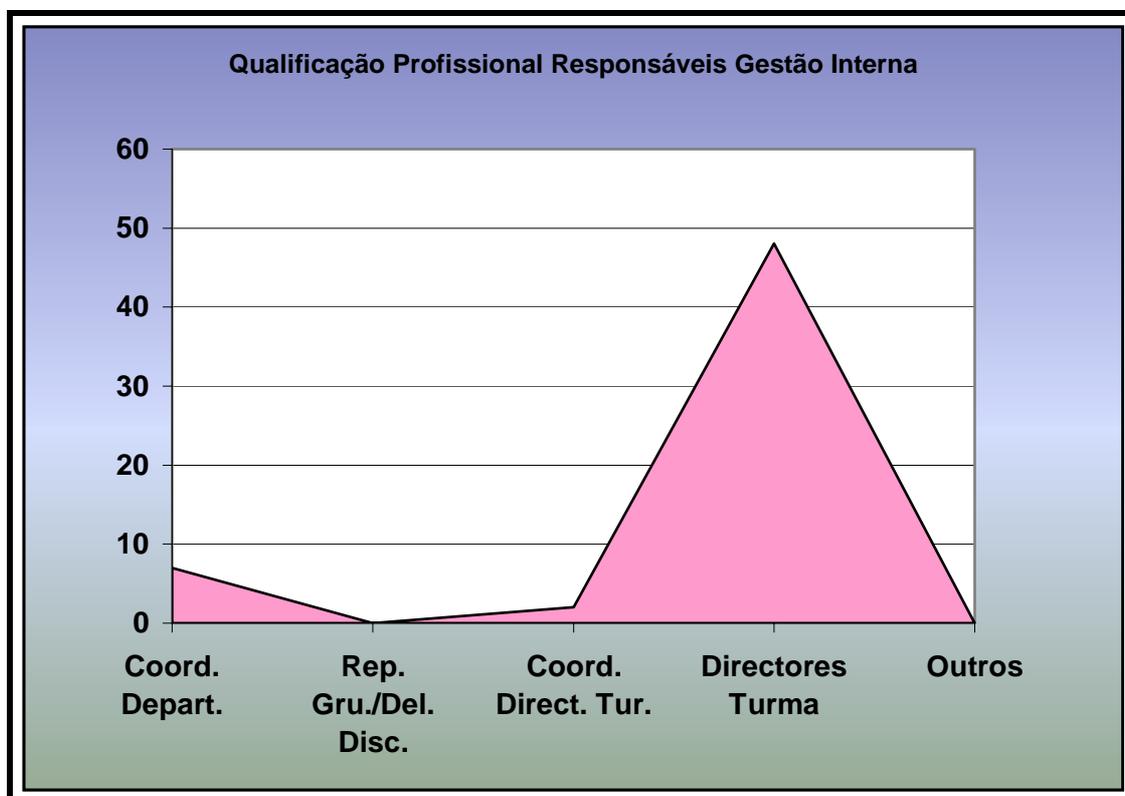


Gráfico 11

Caracterização do pessoal não docente

O pessoal não docente é constituído por **53 funcionários**, conforme distribuição no gráfico 12:

Pessoal Não Docente e Categoria Profissional

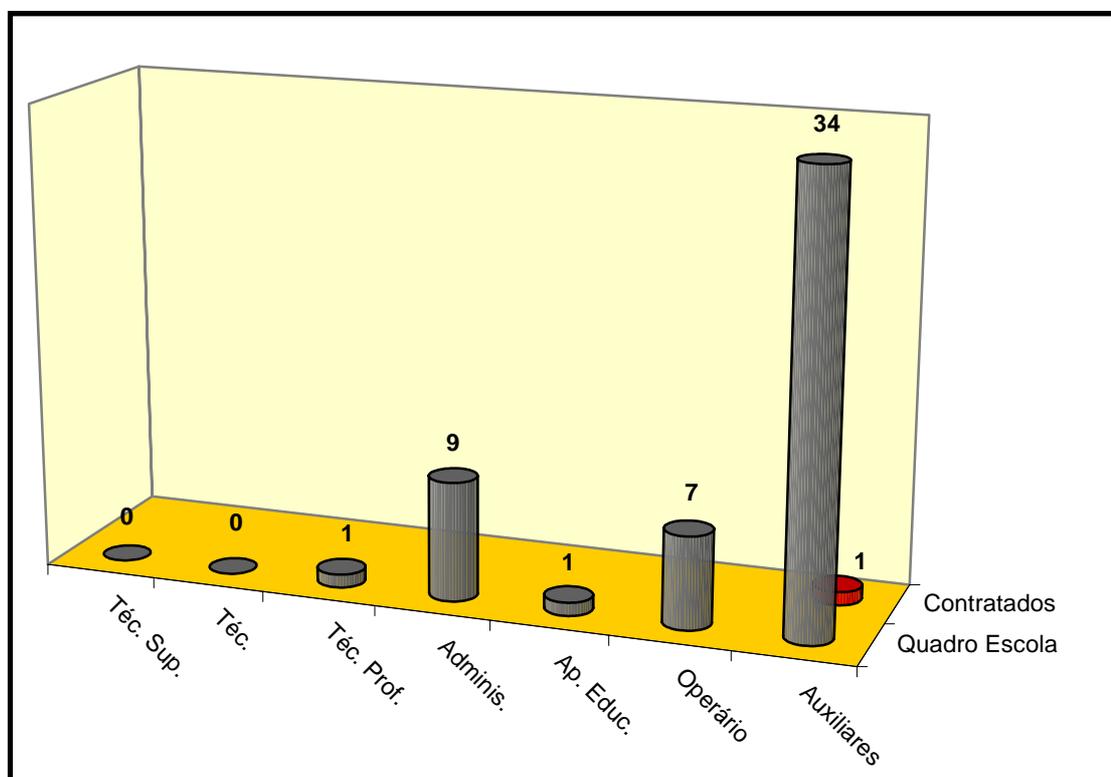


Gráfico 12

A apreciação do gráfico 12 permite-nos concluir que o pessoal auxiliar (35) existe em maioria significativa, quando comparado com os restantes funcionários da escola (18).

Registamos ainda a existência bastante reduzida de auxiliares contratados (1).

Apesar disto, o pessoal não docente é considerado insuficiente para as exigências da escola, verificando-se um **rácio** funcionário/aluno de **0,042**.

Satisfação do pessoal docente, discente, não docente e encarregados de educação

Como complemento da informação relativa aos dados quantitativos dos recursos humanos da escola, interessou-nos também analisar dados de carácter qualitativo, um dos quais se prende com o **grau de satisfação/insatisfação** sentido pelas pessoas que trabalham na escola. Entendemos este dado essencial não só como condição indispensável para a realização de um trabalho de qualidade, que afecta o trabalho individual, como também é o resultado de um conjunto de circunstâncias que directa ou indirectamente vai afectar o clima da própria escola.

Assim, relativamente ao **nível de satisfação dos docentes** verifica-se que os 40 inquiridos, o que corresponde a 33,89% do corpo docente, de um modo geral, atribuíram os níveis mais altos de classificação aos indicadores que lhes foram apresentados (entre o 5 e o 4), conforme se pode verificar no gráfico 13:

Nível de Satisfação dos Docentes

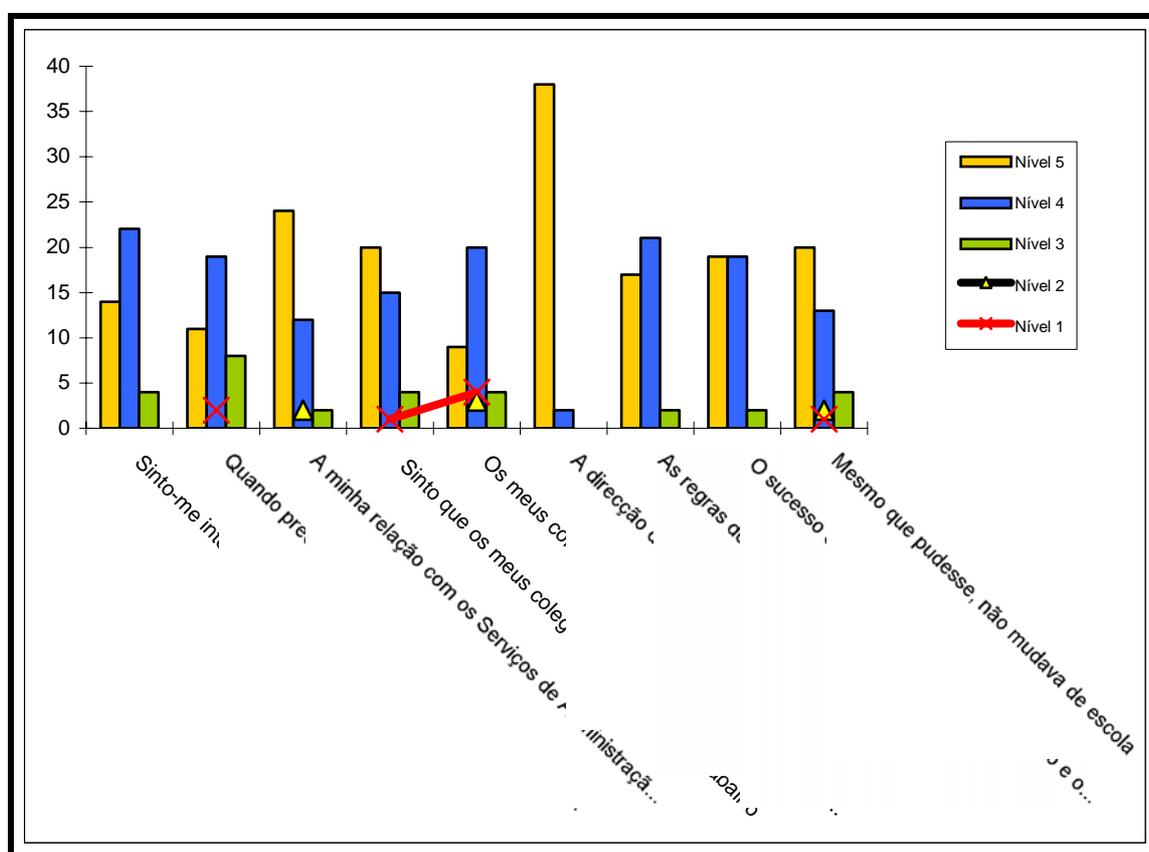


Gráfico 13

Não podemos deixar, no entanto, de referir a valoração que os docentes atribuíram à importância da Direcção e à relação com os serviços de Administração Escolar, uma vez que é da Direcção que dimanam não só todas as directrizes conducentes ao bom funcionamento da escola, assim como o controlo das mesmas.

Para além disto, poderá estar subjacente a estas respostas o facto de na escola existir um corpo docente flutuante e relativamente jovem, que o pode levar não só à aceitação do que é emanado do órgão de gestão, como ao não envolvimento com a própria escola por se encontrar de “passagem”.

Relativamente ao **nível de satisfação dos alunos** foram inquiridos **240**, o que corresponde a 19,55% do total da escola.

Verificamos que a maioria dos respondentes tem uma visão positiva da escola, sendo os indicadores que se prendem com *a exposição da matéria com clareza e o tirar dúvidas pelos professores* e *a informação com antecedência sobre tudo o que lhes interessa e diz respeito à vida da escola* os que obtiveram o maior número de níveis 5 e 4, conforme se pode verificar no gráfico 14:

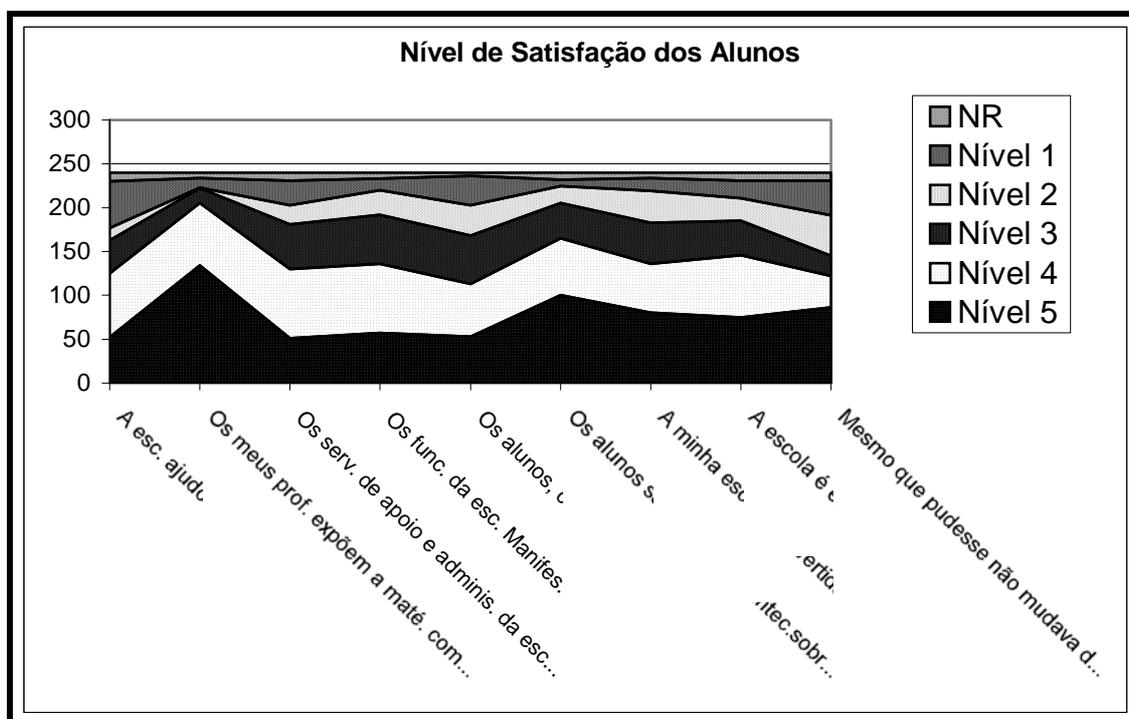


Gráfico 14

Não deixa de suscitar alguma apreensão o facto de haver alguns alunos que não têm opinião formada e por conseguinte não responderam.

No âmbito das restantes questões, verifica-se uma dispersão pelos vários níveis, o que não nos permite afirmar com convicção que a população da amostra apresenta um nível de satisfação geral na escola.

Relativamente ao **peçoal não docente** responderam ao inquérito **47 funcionários**, o que representa 88,67% da totalidade daquela população.

Podemos afirmar que as respostas apontam, de um modo geral, no sentido da população inquirida se sentir satisfeita.

Nível de Satisfação do Peçoal Não Docente

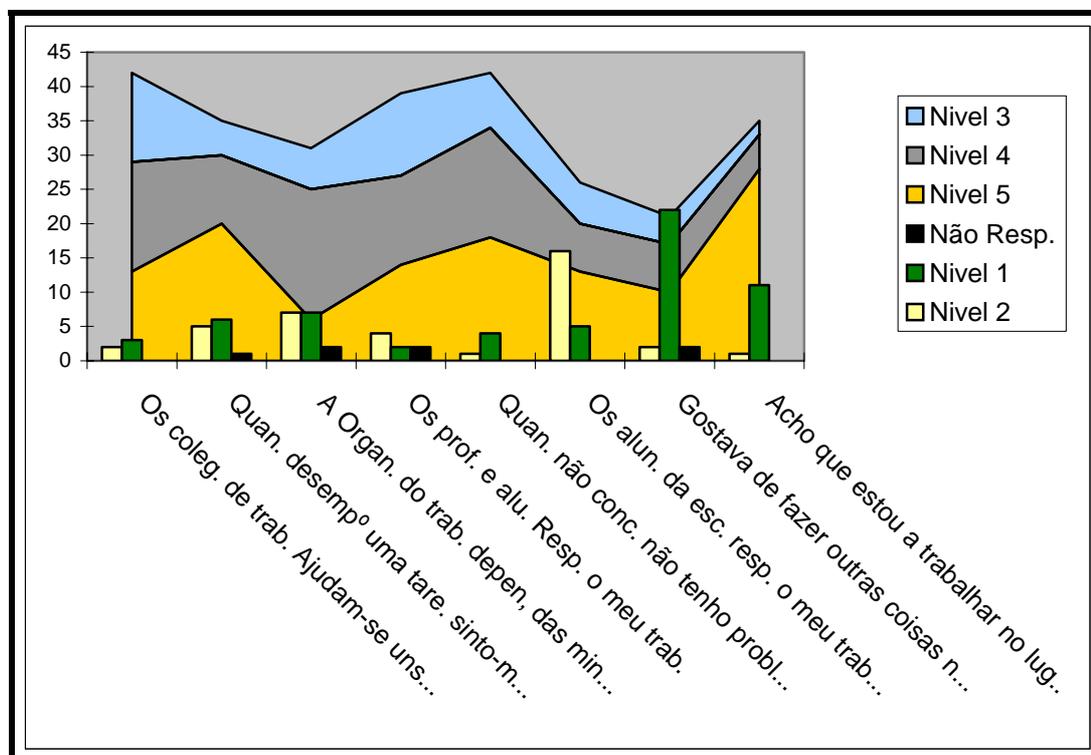


Gráfico 15

Verificamos que o **peçoal não docente**, na sua maioria, *sente que trabalha no lugar certo e é protegido pelo superior hierárquico*.

Por outro lado, o gráfico 15 permite-nos ver ainda que existe um grupo de respondentes que considera que *o seu trabalho não é respeitado pelos alunos* para além de causar determinada preocupação o facto de cerca de metade dos respondentes não terem opinião formada sobre *se gostava de fazer outras coisas na escola*.

No que concerne ao **nível de satisfação dos pais/encarregados de educação**, foram **192** os respondentes.

O gráfico 16 mostra-nos de forma mais detalhada o nível de satisfação da amostra daquela população:

Nível de Satisfação dos Encarregados de Educação

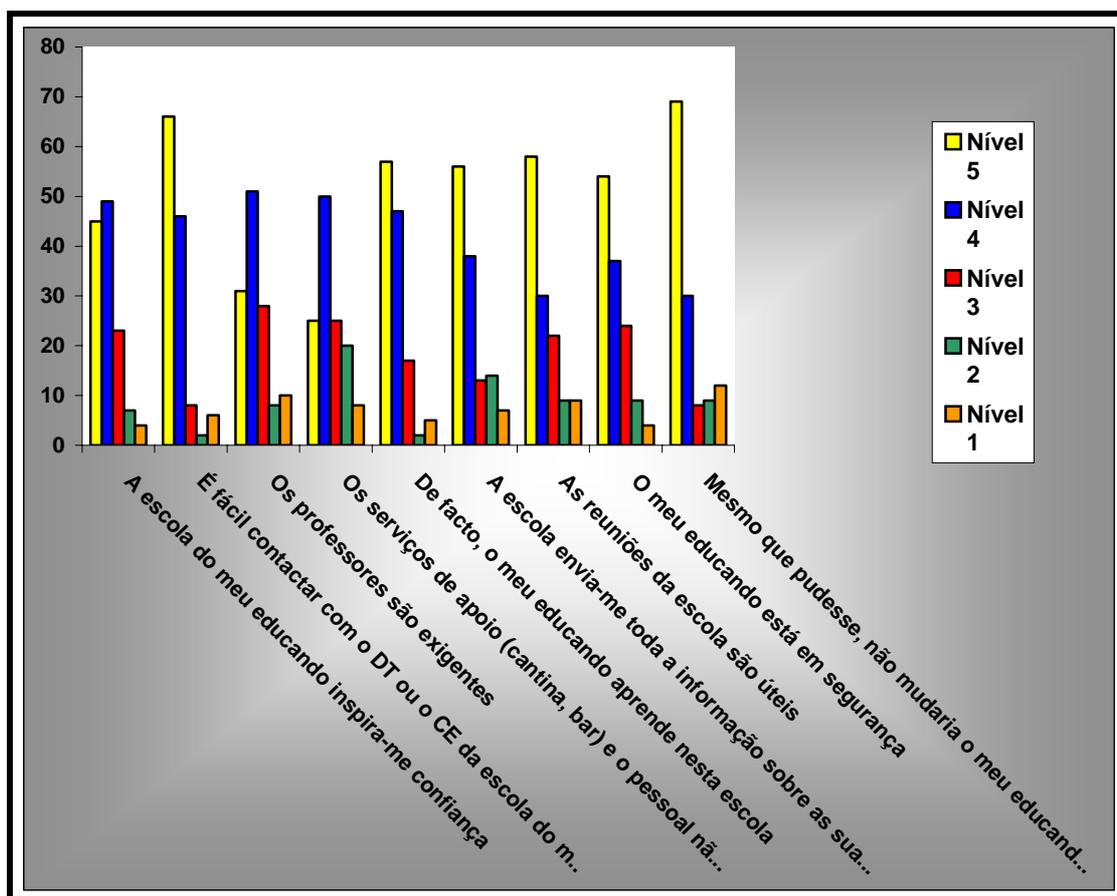


Gráfico 16

Verificamos que o grau de satisfação dos pais para com a escola se situa nos níveis mais elevados, permitindo-nos afirmar que, de acordo com a amostra recolhida, os pais, de uma forma geral, estão satisfeitos com a escola dos filhos.

Sobressai de forma positiva o facto dos pais considerarem que os seus filhos *aprendem na escola* e que *é fácil contactar com o Director de Turma ou com o Conselho Executivo*.

IV RECURSOS FÍSICOS

Espaços

A escola ocupa **6** edifícios (blocos e pavilhões). Possui **40** salas de aula, das quais **12** são específicas, destinadas a laboratórios, salas de ET e EVT, entre outras.

Todas as salas encontram-se em estado **razoável** de conservação, **adequação** e **apetrechamento**.

A escola dispõe ainda de Biblioteca/Centro de recursos, gimnodesportivo, balneários, pátios de recreio, bufete, cantina, papelaria, reprografia, sala de professores, gabinete de Psicologia e Orientação, sala do pessoal não docente e sala de D.T./atendimento aos encarregados de educação.

Podemos dizer que estas instalações, de um modo geral, encontram-se em bom estado de conservação e têm um grau de utilização adequado.

Do mesmo modo se pode considerar razoáveis o apetrechamento e a respectiva adequação.

A Biblioteca/Centro de recursos possui **4572** títulos sendo **136** adquiridos nos últimos dois anos. Tem uma taxa de funcionamento de 59% e uma taxa de requisição de livros para leitura domiciliária de 73% (relativa ao ano anterior). Esta taxa é superior ao ano lectivo transacto, justificando-se pelo facto da escola receber alunos (provisoriamente), que não pertencem à sua área geográfica.

Equipamento tecnológico

A escola dispõe de equipamento tecnológico considerado satisfatório, visível de forma mais objectiva no gráfico 17:

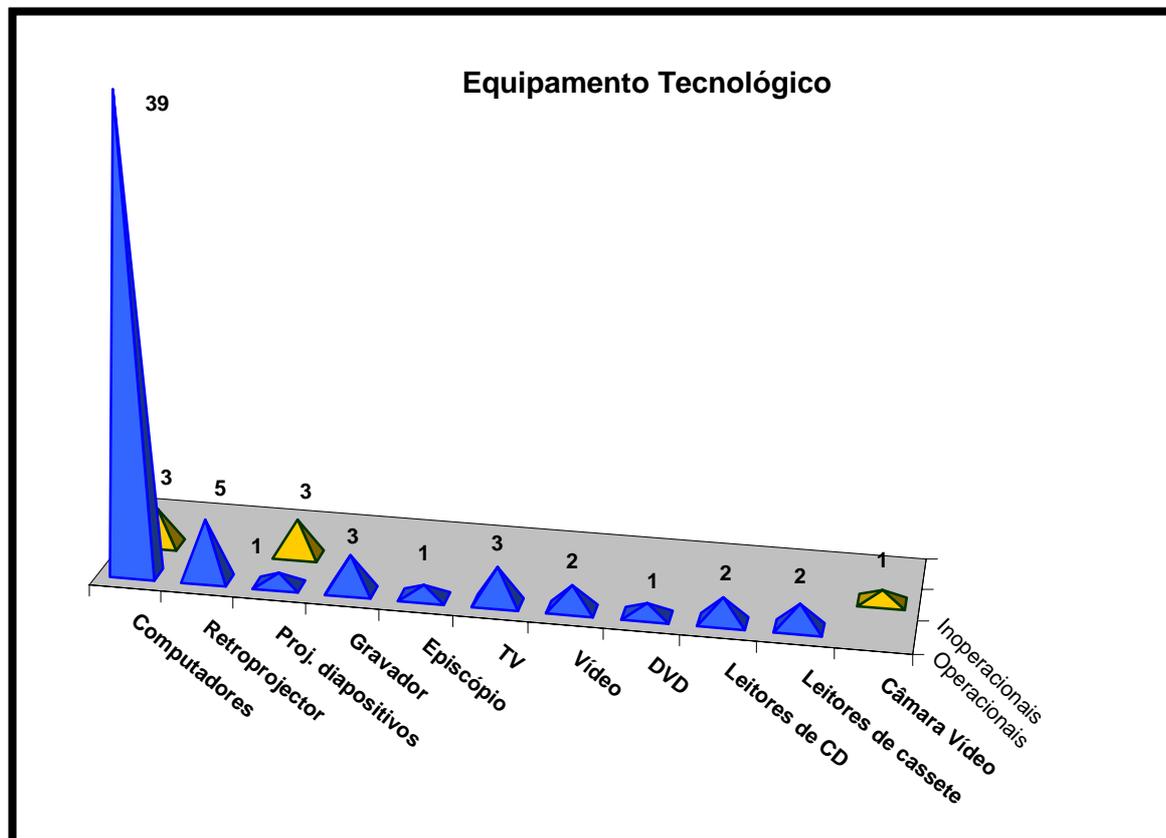


Gráfico 17

Verificamos que, de um modo geral, todo o equipamento se encontra operacional. Registamos ainda a existência de material tecnológico moderno e adequado às exigências que o ensino actual impõe.

Qualidade e bem-estar das instalações

Foi também importante, para nós, saber até que ponto alunos, professores e pessoal não docente se sentem bem no espaço escolar.

Para o efeito foram distribuídos questionários que permitiram avaliar o nível da qualidade e de bem-estar das instalações.

O recurso aos gráficos possibilitar-nos-á verificar a distribuição das opiniões dos respondentes:

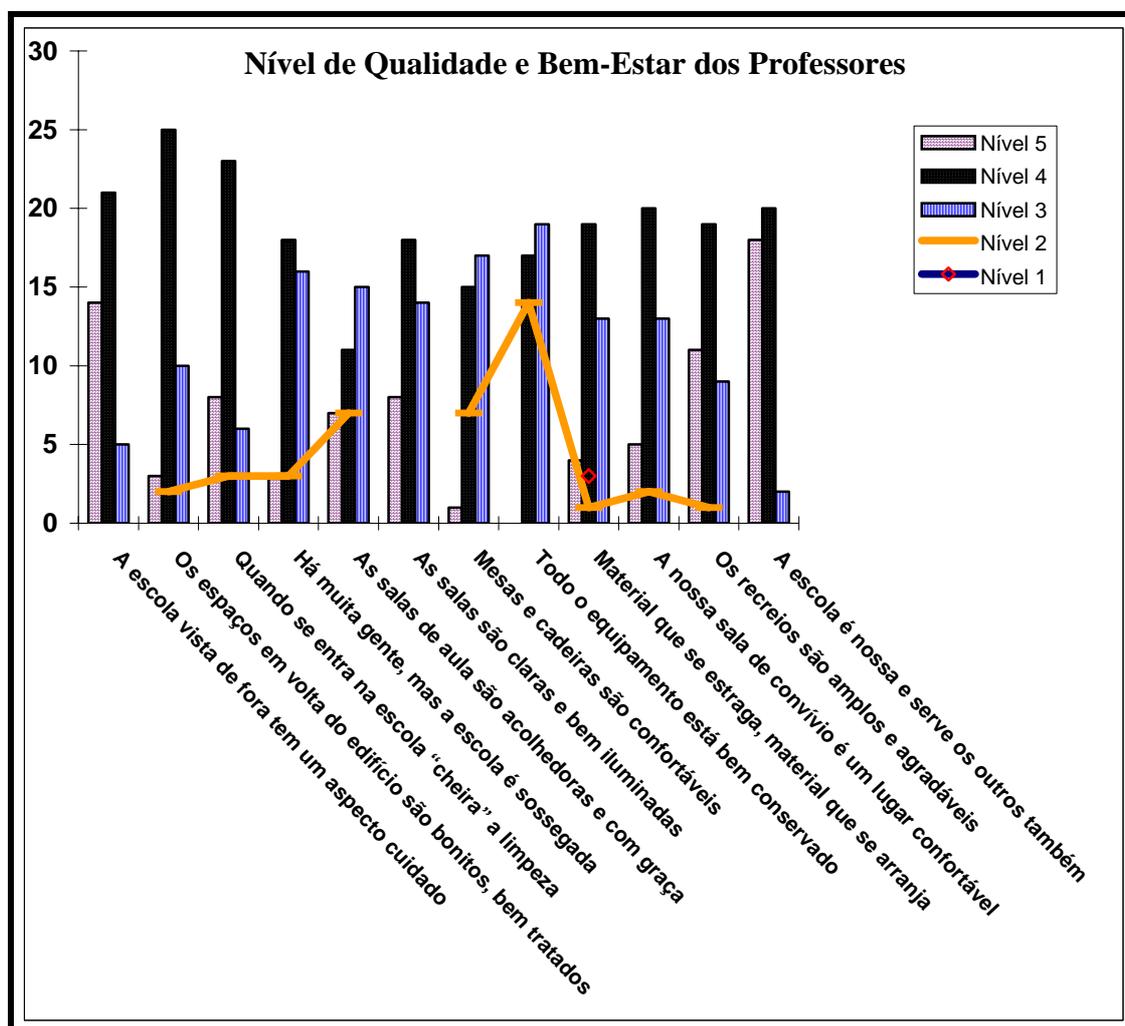


Gráfico 18

Os dados expressos no gráfico 18 permitem-nos concluir que os 40 respondentes, nos indicadores que lhes foram colocados, na sua maioria, situaram as suas respostas nos níveis 4 e 3 com predominância do nível 4, permitindo deste modo afirmar que há um sentimento relativo de bem-estar na escola, o que pressupõe um nível satisfatório de qualidade.

Relativamente aos **Alunos** foram **240** os respondentes.

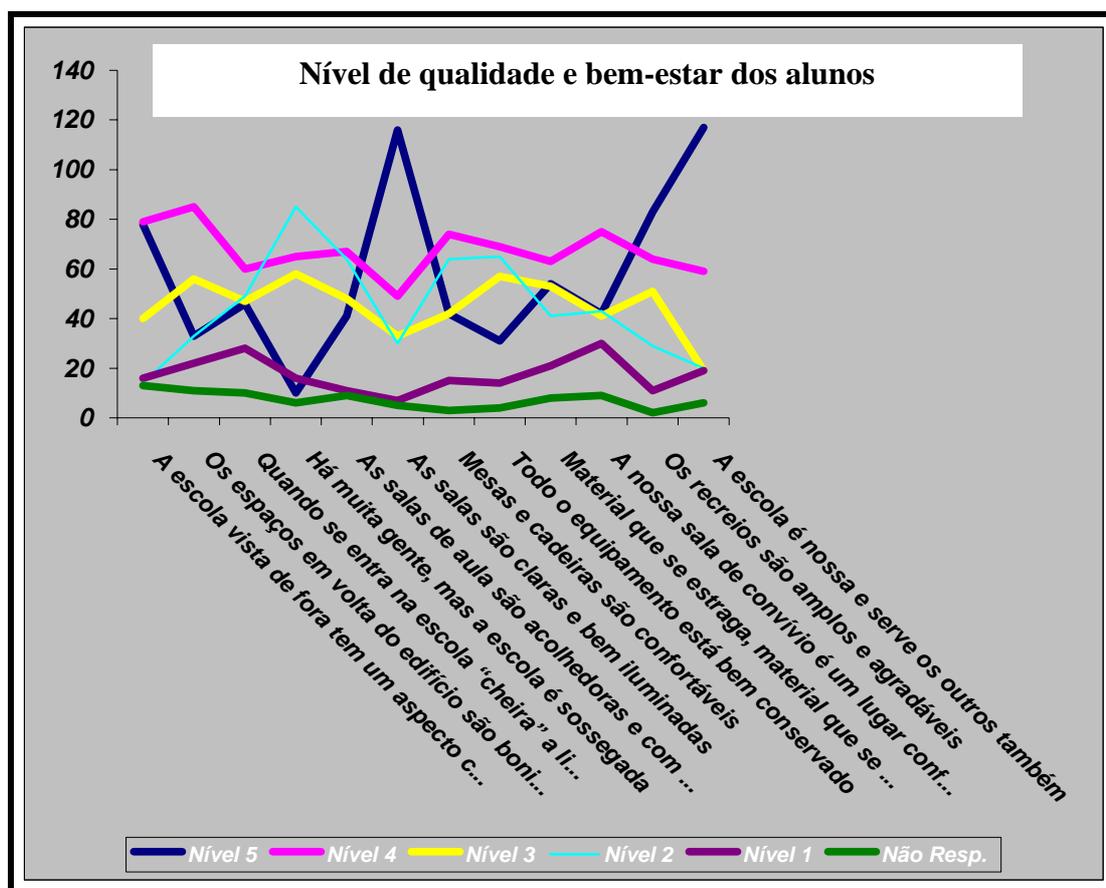


Gráfico 19

Verificamos no gráfico 19 uma dispersão por todos os níveis, apesar das respostas se situarem com alguma relevância nos níveis 5 e 4.

Assim sendo, cerca de metade da população da amostra dos alunos sente-se bem nas instalações escolares e reconhece existir alguma qualidade nas mesmas, o mesmo não se podendo afirmar para os restantes elementos inquiridos.

Salientamos ainda a preocupação de uma faixa de alunos em reconhecer que: *as salas são claras e bem iluminadas; os recreios são amplos e agradáveis; a escola vista de fora tem um aspecto cuidado e que os espaços à volta do edifício são bonitos e bem tratados*, apesar de existir também um número com alguma significância (aproximadamente metade dos respondentes) que reconhece que *a escola tem muitos alunos e não é sossegada, "não cheira a limpeza" e o equipamento não está tão bem conservado como gostariam*.

No que se refere ao **Pessoal não docente**, foram **47** os respondentes:

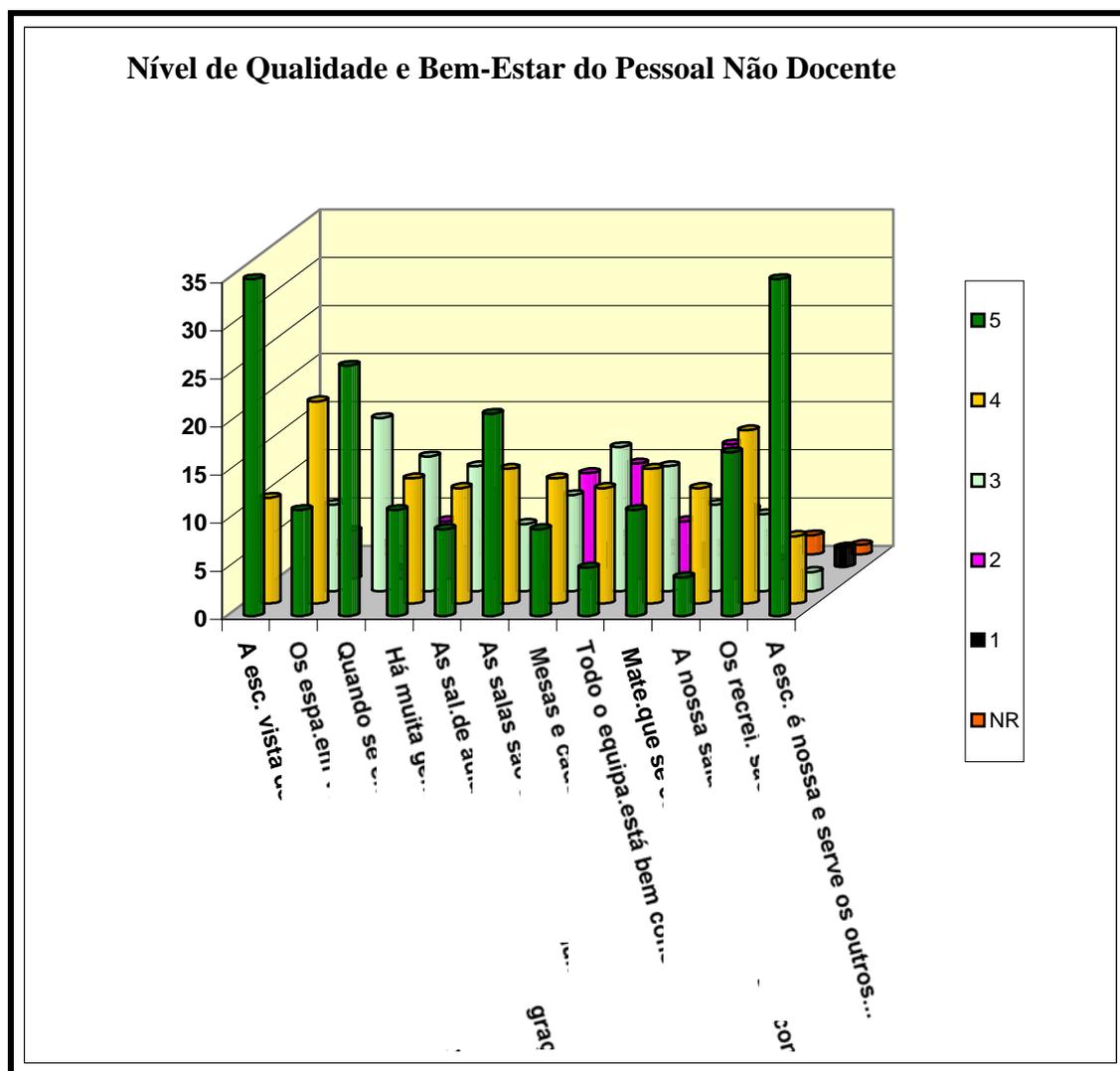


Gráfico 20

De um modo geral a apreciação do gráfico 20 permite-nos ver que as respostas referentes à amostra da população Não Docente, embora dispersas pelos vários níveis, situaram-se entre os níveis 5, 4 e 3, com tendência para o 4.

Aquela população acha que a escola vista de fora tem um aspecto cuidado e serve a comunidade (outros) (35); um pouco mais da metade dos respondentes (26) sente que a escola cheira a limpeza e há um grupo com alguma significância que diz que a sala de convívio não é confortável (31).

V RECURSOS FINANCEIROS

Distribuição dos recursos financeiros da escola

Recursos Financeiros (em €):

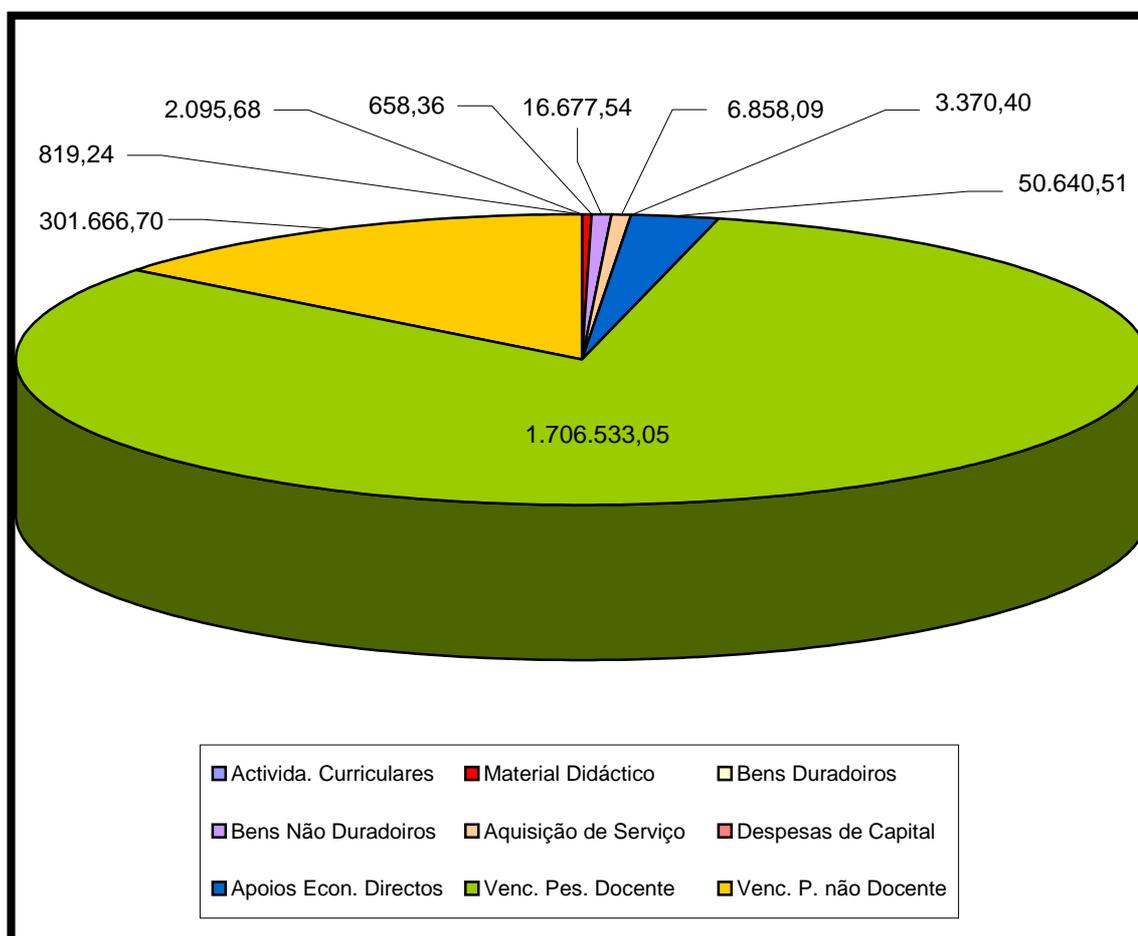


Gráfico21

De acordo com os valores fornecidos pela escola, é visível no gráfico 21 que a despesa maior é feita com o pessoal docente, seguindo-se as despesas com o pessoal não docente.

Verificamos ainda que a escola não gera receitas nem recebe apoios e que a verba referente ao material didáctico foi apenas para aquisição de livros para a biblioteca (segundo informação da escola).

VI PROJECTO CURRICULAR

Ofertas curriculares

No âmbito das ofertas curriculares a escola oferece a nível de **3.º ciclo** a opção de **Língua Estrangeira e Educação Tecnológica**.

Desta forma existem **19 turmas de Língua Estrangeira** sendo 9 no 7.º ano e 5 no 8.º e 9.º anos deste ciclo de estudos. Existe da mesma forma um total de **6 turmas de Educação Tecnológica** que se distribuem duas por cada ano do ciclo em questão.

Cumprimento de programas

Relativamente ao cumprimento do programa de Língua Portuguesa, o gráfico 22 permite-nos uma leitura com algum pormenor, considerando os dados cedidos pela escola.

Cumprimento do Programa de Língua Portuguesa

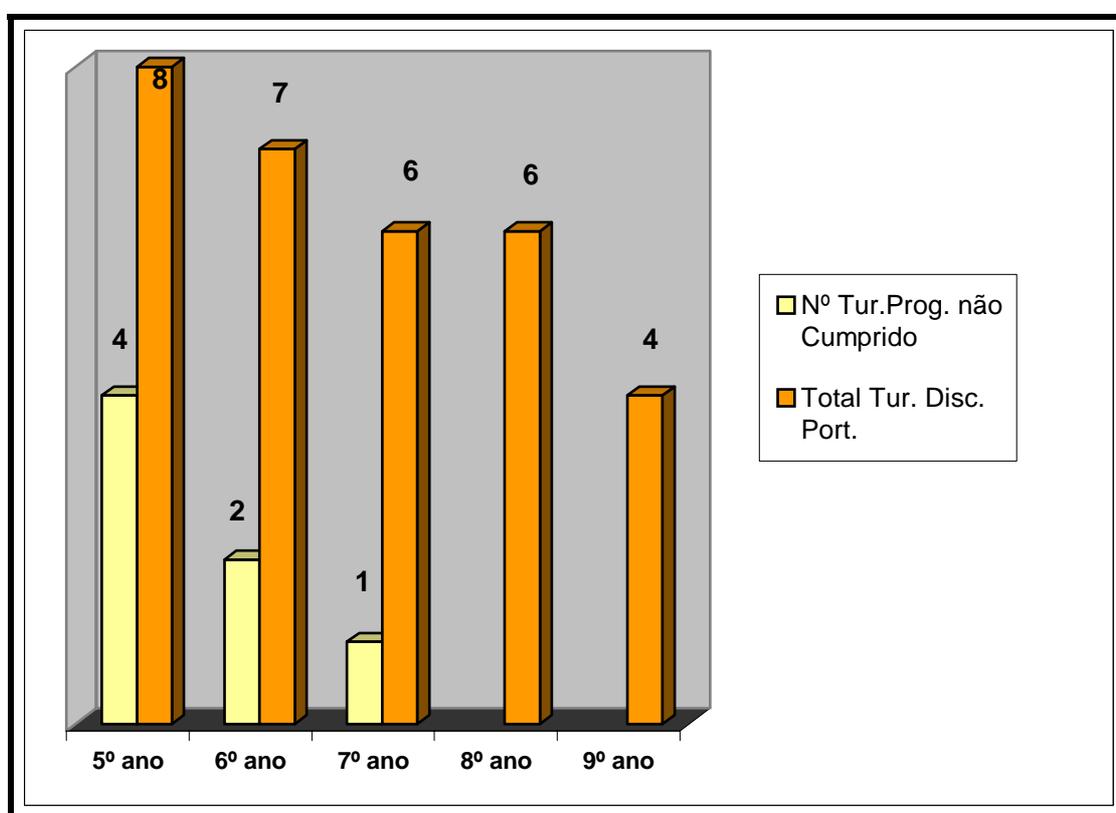


Gráfico 22

Da leitura do gráfico 22 verificamos que, nos anos correspondentes ao 3.º ciclo, o programa de Língua Portuguesa foi integralmente cumprido, o mesmo não acontecendo nos anos correspondentes ao 2.º ciclo, onde se observa maior incumprimento nas turmas do 5.º ano, o que corresponde precisamente a 50% das turmas existentes.

Apesar disto, não podemos deixar de referir que, decorrente da análise e leitura das actas de Grupo, assim como das entrevistas com os respectivos Coordenadores, constatamos que a nível do 3.º ciclo também houve incumprimento dos programas.

Tempo dedicado às aprendizagens

No que se refere ao número de aulas previstas e dadas por ano de escolaridade na disciplina de Língua Portuguesa, o gráfico 23 permite-nos constatar que houve **1520** aulas previstas e **1209** dadas:

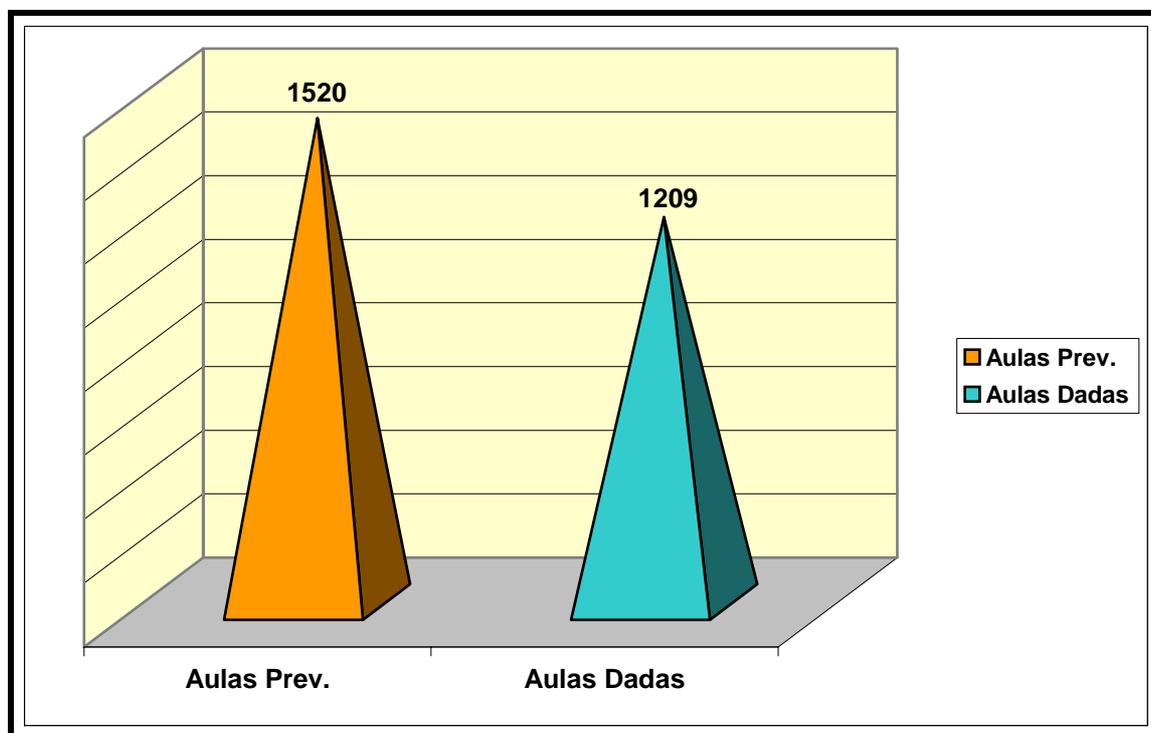


Gráfico 23

Assim, quando confrontadas as aulas previstas com as dadas (5.º ano), verifica-se que existe uma variação de **311 aulas não dadas**, o que suscita muita preocupação, tratando-se a Língua Portuguesa de uma disciplina relevante pelo seu carácter transversal.

Como a escola forneceu apenas dados relativos ao **5.º ano** de escolaridade, não nos foi possível fazer comparações com outros anos e/ou com os ciclos e, por conseguinte, apresentar dados em gráfico. Apesar disto, verificamos que existiram, neste ano, **205659 aulas assistidas**, o que corresponde a **98,9%** do total.

Muito embora a percentagem referida seja aparentemente elevada, registamos que **1,1%** de aulas não foram assistidas pelos alunos, o que corresponde a **1890 aulas não assistidas**.

Apoio educativo

Os apoios educativos tiveram a seguinte distribuição:

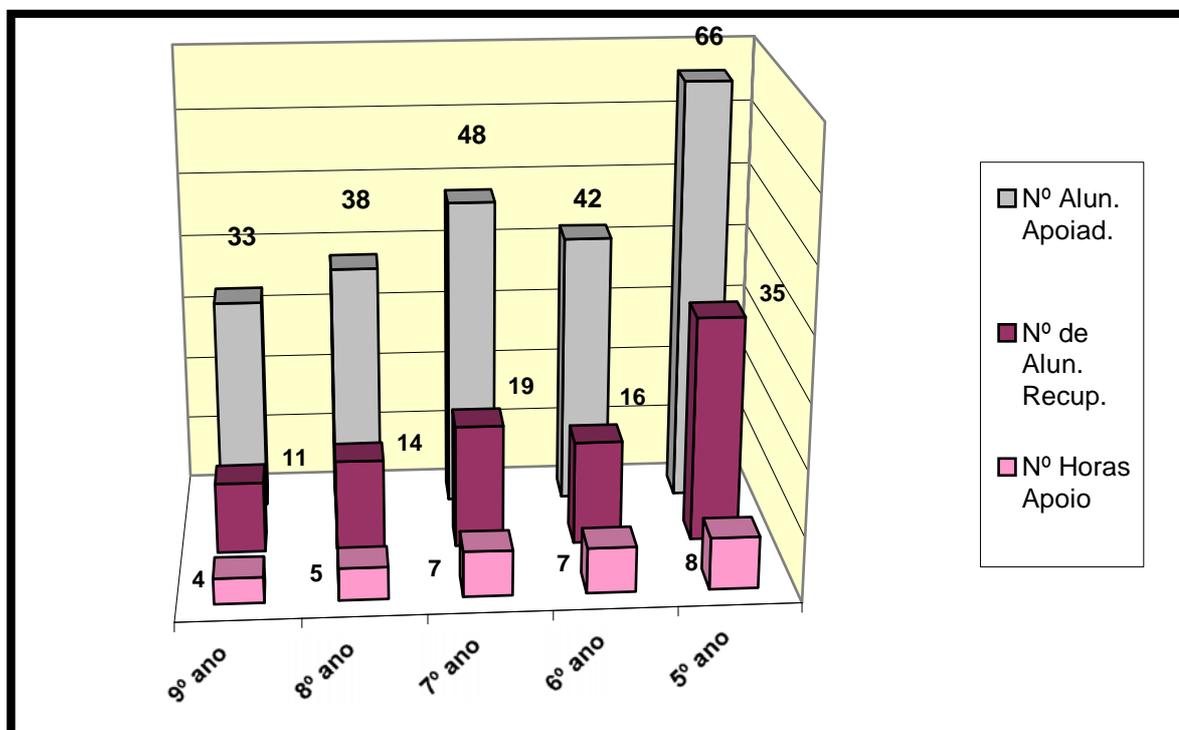
Distribuição dos Apoios Educativos por anos

Gráfico 24

O gráfico 24 evidencia o número de alunos apoiados no 3.º período nos vários anos de escolaridade, verificando-se que os alunos que mais apoio tiveram foram os que frequentaram o 5.º ano, o que se compreende se considerarmos que a transição de ciclo, para muitos alunos, pode estar na base de algumas dificuldades que se vão revelando e que é necessário resolver.

Importa chamar a atenção para o sucesso do apoio que é relativamente **fraco** em todos os anos, considerando o número de alunos apoiados (conforme os dados da escola).

A situação do Apoio Educativo deverá ser uma questão a analisar pelos órgãos competentes, no sentido de serem encontradas formas de apoio diversificadas e atempadas que conduzam a uma recuperação efectiva da dificuldade revelada, recorrendo-se para o efeito a estratégias e metodologias específicas.

Formação de professores

A formação dos professores também constituiu preocupação da escola, tendo sido realizadas algumas acções de formação.

Tanto a acção sobre a **Reorganização Curricular** como a das **Áreas Curriculares Não Disciplinares**, com 6 e 12 horas de formação respectivamente, contaram com a participação de **92 Docentes**.

Enquanto que a **Reorganização Curricular** teve como público-alvo, para além dos docentes, o pessoal não docente, pais e encarregados de educação, sendo a das **Áreas Curriculares Não Disciplinares** exclusivamente destinada aos docentes da escola.

VII CONTEXTOS EDUCATIVOS

Participação da comunidade na vida da escola

Participação dos alunos em actividades opcionais

No presente ano lectivo **187 alunos** participaram em **actividades de enriquecimento curricular** nomeadamente em clubes. Desta forma existiram clubes onde participaram alunos do 2.º ciclo (44), do 3.º ciclo (30) e também clubes com alunos dos dois ciclos (113).

É de salientar a preocupação da escola em proporcionar aos alunos uma diversidade de clubes: Música, Columbofilia, Jardinagem, Folclore, Rádio, Caça Cigarros, Ambiente, Teatro e Jornalismo.

Da mesma forma salientamos que este tipo de actividade, de enriquecimento curricular, contou apenas com a boa vontade e o empenhamento dos docentes que nela se envolveram.

Participação dos professores em actividades do PAA

No âmbito do envolvimento dos docentes nos projectos do PAA, verificamos que **20** docentes estiveram envolvidos nos clubes; **60** nas visitas de estudo ; nas actividades da área-escola estiveram **92** docentes; na semana comemorativa das diferentes disciplinas envolveram-se **92** docentes e em outros dias comemorativos participaram **42** docentes.

Participação dos encarregados de educação em actividades do PAA

A participação dos pais foi mais visível nas reuniões de pais e encarregados de educação, na Semana da Freguesia, nos intercâmbios, no piquenique realizado no final do ano e nas práticas simuladas relacionadas com o PROFIJ.

Incidentes críticos

O registo dos incidentes críticos não foi muito significativo. Houve **10 roubos e agressões** a alunos. Apesar do número reduzido de incidentes nesta área, registaram-se **100 participações disciplinares**, que originaram **10 Conselhos Disciplinares** com **110 sanções** aplicadas.

Participação da comunidade educativa nas decisões

O processo de decisão é um processo que se reveste de determinada complexidade enquanto acto de gestão compreendendo três fases: a **apresentação de propostas**, a **respectiva discussão** e, por fim, a **decisão** propriamente dita.

Por considerarmos que a **discussão** envolve um nível de participação diferente dos vários intervenientes no que se refere a opiniões, análises, reflexões, reformulações, discussões entre outras, optamos por, no âmbito da participação na tomada de decisão, analisar a fase do **processo decisório** designada por **discussão**.

Desta forma foram inquiridos docentes, alunos, pessoal não docente e pais.

Os gráficos seguintes proporcionam-nos uma visão da forma como os respondentes distribuíram as suas respostas.

Participação do pessoal docente na decisão

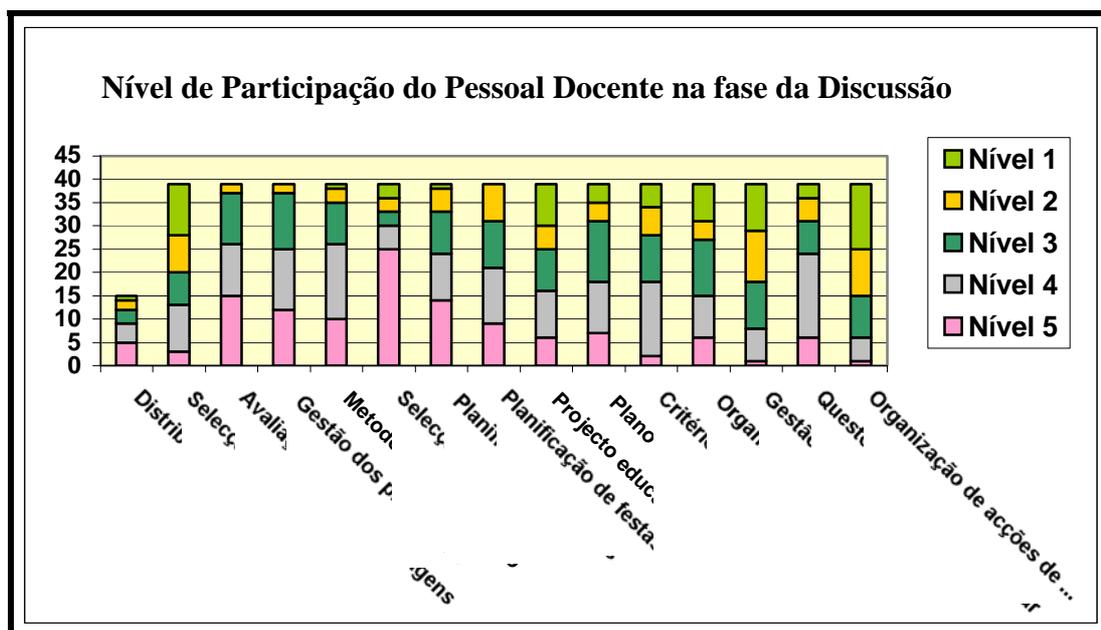


Gráfico 25

Muito embora o gráfico 25 nos mostre alguma dispersão dos respondentes por todos os níveis, verificamos por outro lado que os níveis mais valorizados por aquela amostra de população se situam entre o 4 e o 3, com predominância do 4, o que nos leva a concluir, com alguma segurança, que os docentes, de um modo geral, participam na fase da decisão em análise.

Participação dos alunos na decisão

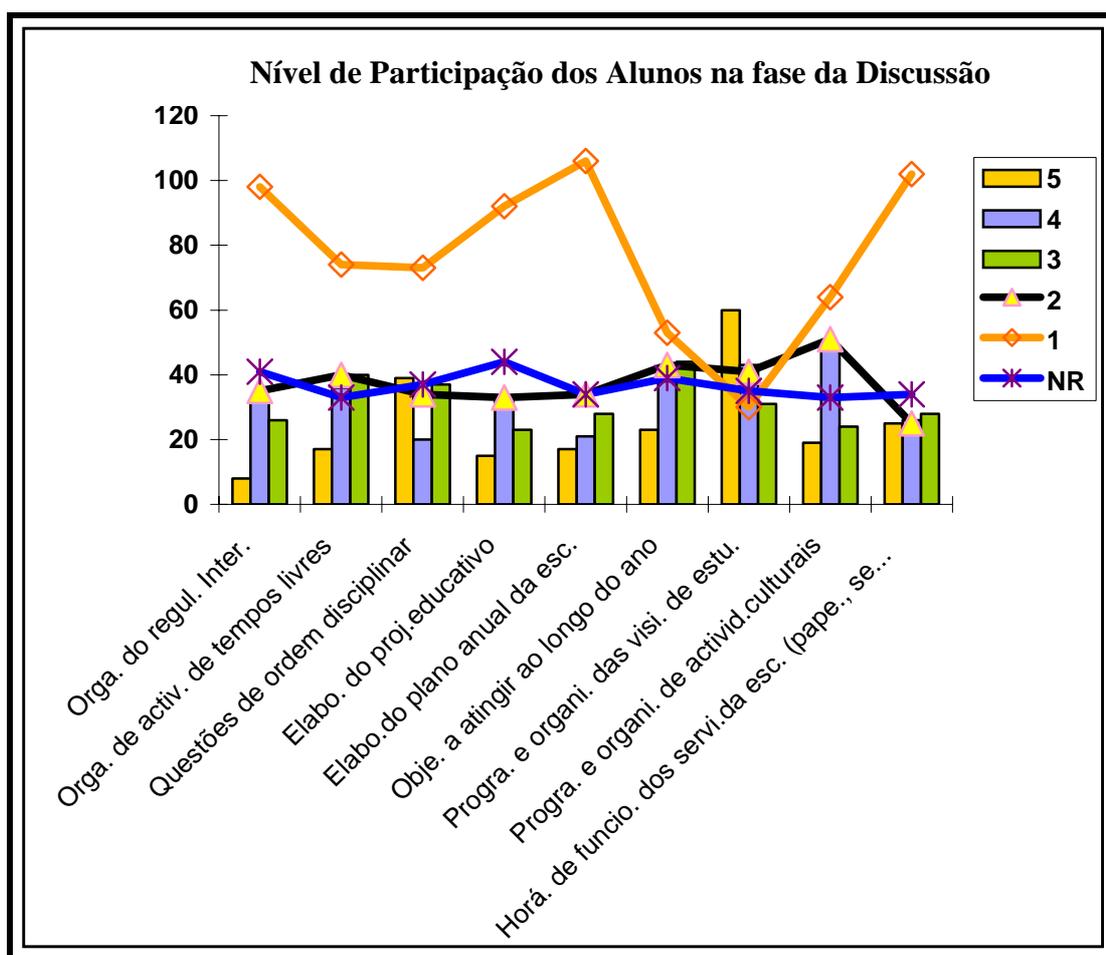


Gráfico 26

Da análise do gráfico 26 verificamos que os respondentes se dispersaram ao longo dos vários níveis, com uma predominância significativa dos níveis 1 e 2, levando-nos a concluir que esta população não é chamada a participar nas discussões com vista às tomadas de decisão ou, se o é, fá-lo de forma muito reduzida.

Por outro lado, não podemos deixar de considerar como significativo o número de alunos que não responderam.

Participação do pessoal não docente na fase da discussão

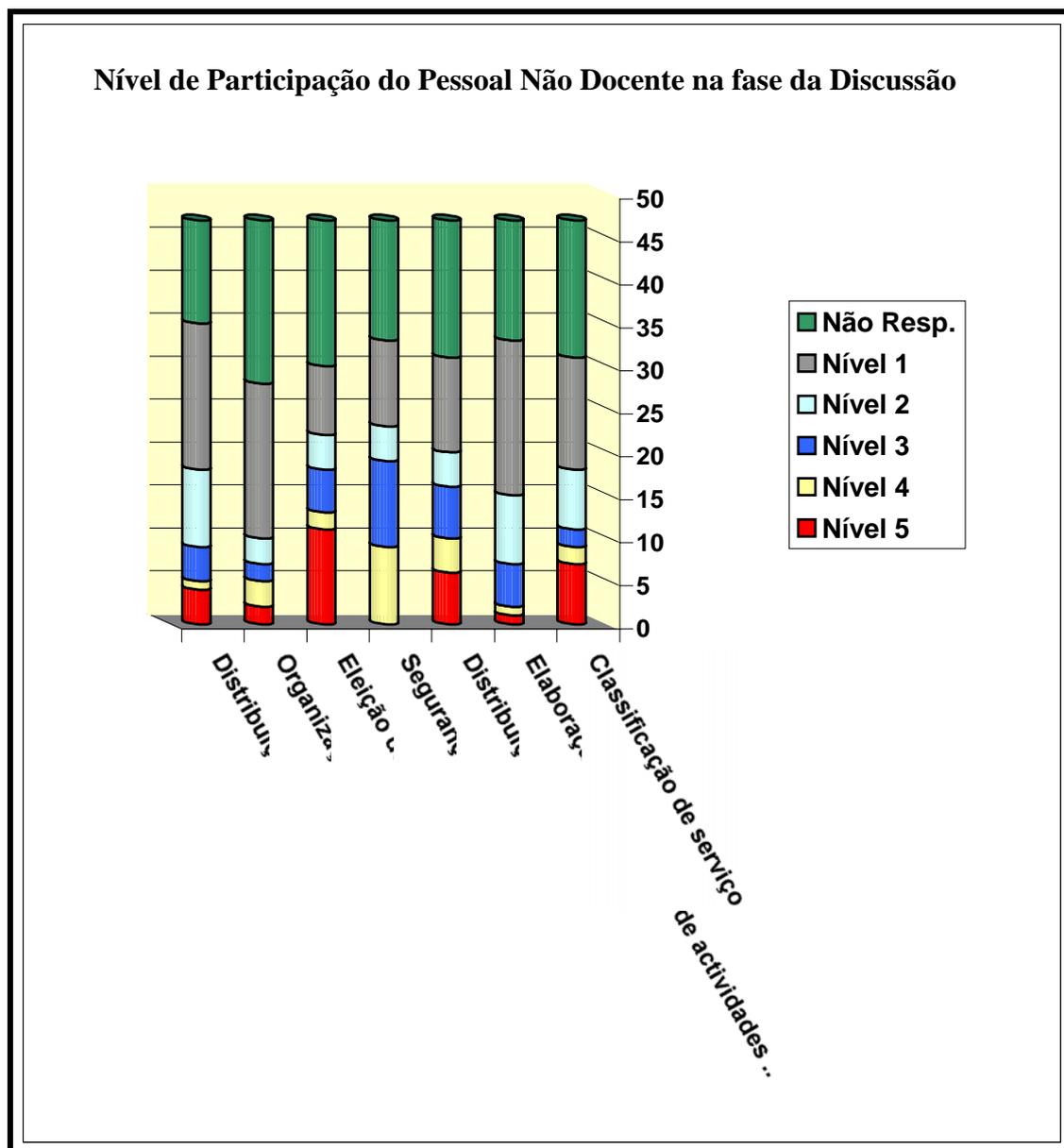


Gráfico 27

Da leitura do gráfico 27 sobressai uma dispersão de respostas, sendo o nível mais valorizado pelos respondentes o 1 (nunca), o que nos permite dizer com alguma convicção que os respondentes não participam nesta fase da decisão: a *discussão*.

Importa ainda salientar o número significativo de pessoas que não responderam se considerarmos o total de funcionários inquiridos (47).

Participação dos pais na decisão

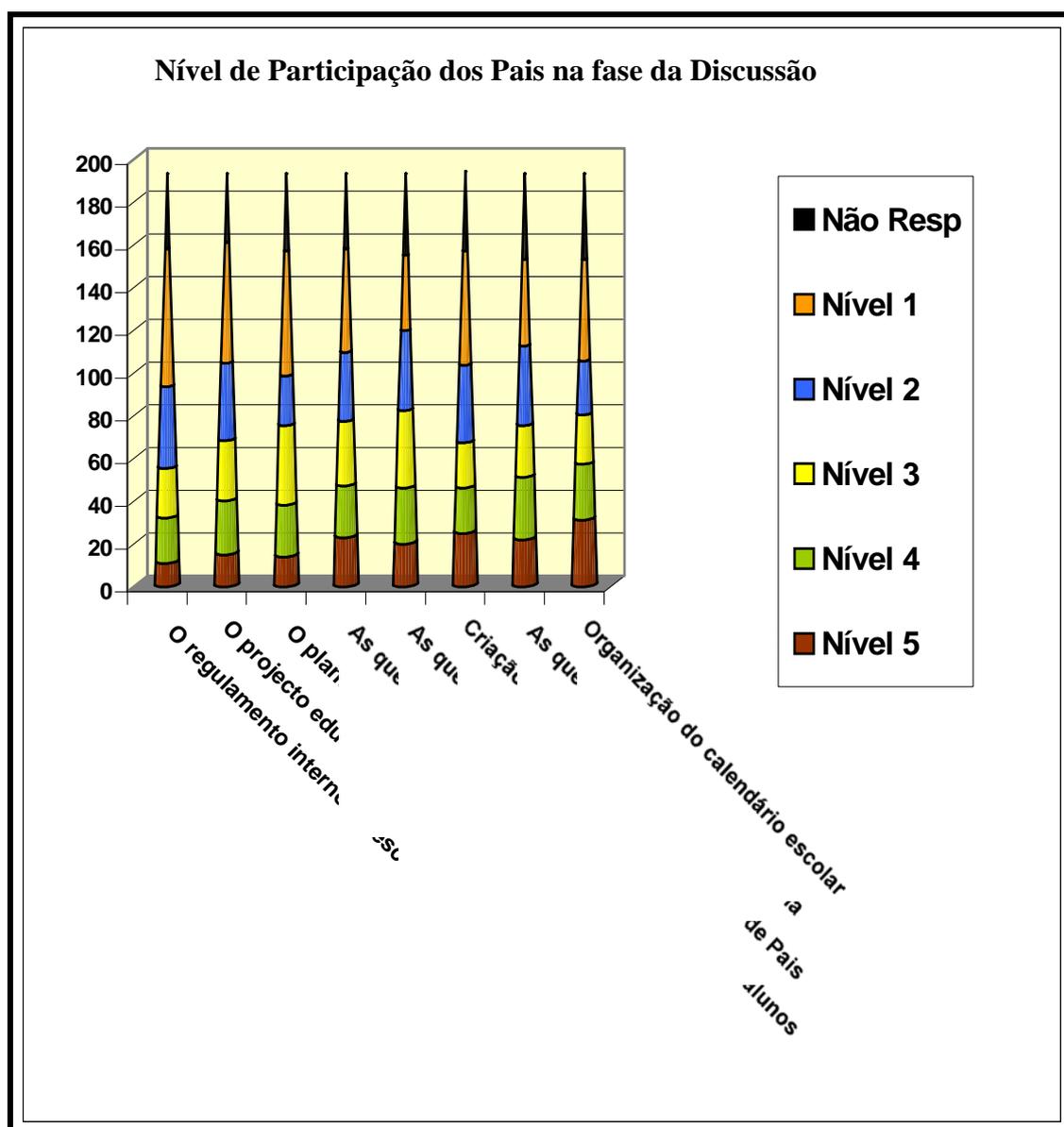


Gráfico 28

O gráfico 28 permite-nos ver que a posição dos Pais e Encarregados de Educação face aos indicadores que lhes foram colocados, é de *não participação na fase da decisão em análise (discussão)*, uma vez que as suas respostas embora dispersas por todos os níveis, situaram-se de forma evidente entre os níveis 1 e 2 com tendência para o 1.

É relevante ainda, no contexto dos respondentes, o número daqueles que não atribuíram qualquer nível, ou seja, que não responderam.

Trabalho cooperativo entre professores

A cooperação entre professores foi analisada considerando duas dimensões subjacentes ao questionário que foi tornado presente à amostra daquela população.

Assim, foram seleccionados os indicadores que consideramos revestirem-se de carácter pedagógico, ou seja, os relacionados com a prática lectiva relativamente aos de carácter mais geral, melhor dizendo, associados a aspectos da carreira docente/profissional.

No gráfico 29 apresentamos a cooperação entre os professores nos aspectos por nós considerados como mais pedagógicos:

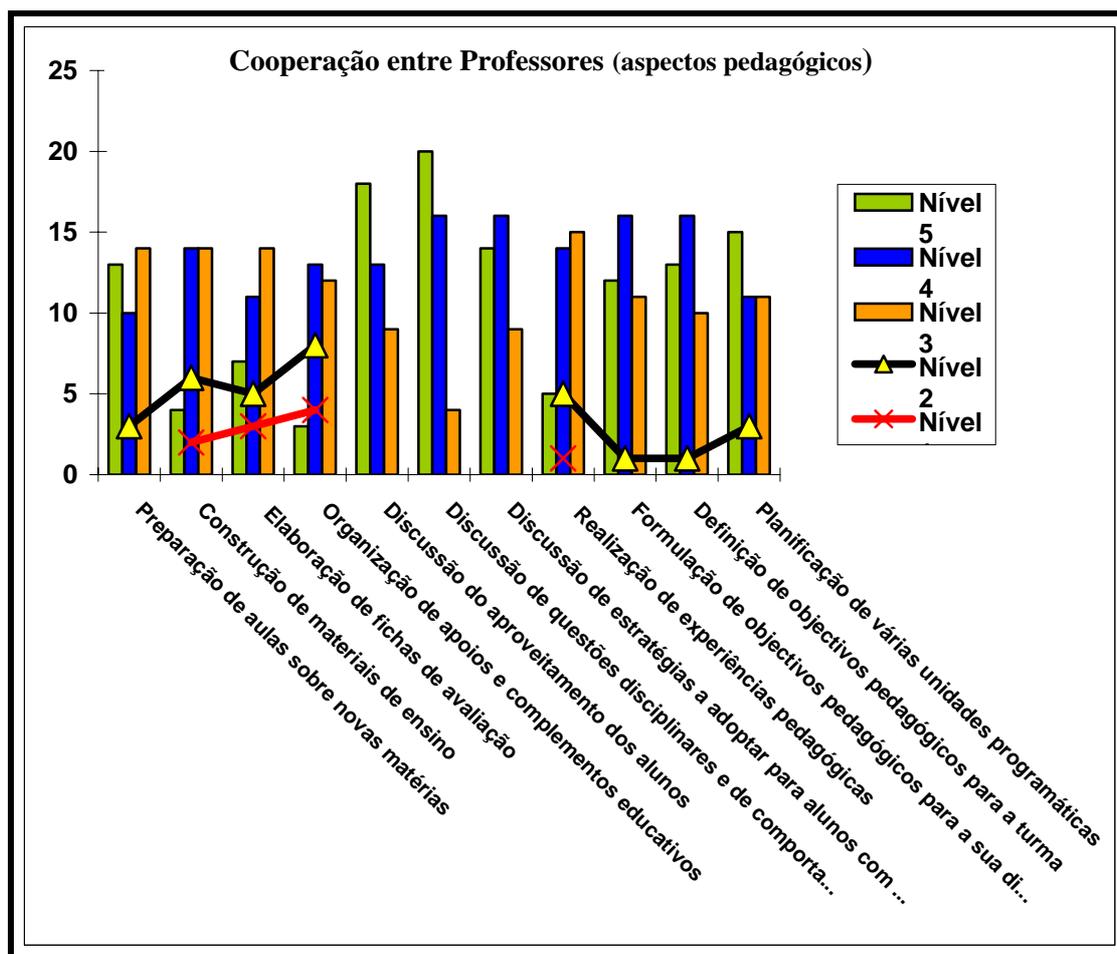


Gráfico 29

Da leitura deste gráfico verificamos que os respondentes, no que se relaciona com a prática lectiva, cooperam de alguma forma, o que nos permite verificar que existe preocupação com os alunos.

De acordo com a distribuição das respostas pelos diferentes níveis, verificamos que a cooperação entre docentes no que concerne à *organização de apoios e complementos educativos*, a *construção de materiais de ensino* e a *realização de experiências pedagógicas*, está em desvantagem.

Por outro lado, constatamos que existe alguma cooperação relativamente à *preparação de aulas sobre novas matérias*.

De um modo geral, e de acordo com a amostra de respondentes (40), podemos dizer que existe alguma cooperação entre os docentes, na dimensão em análise.

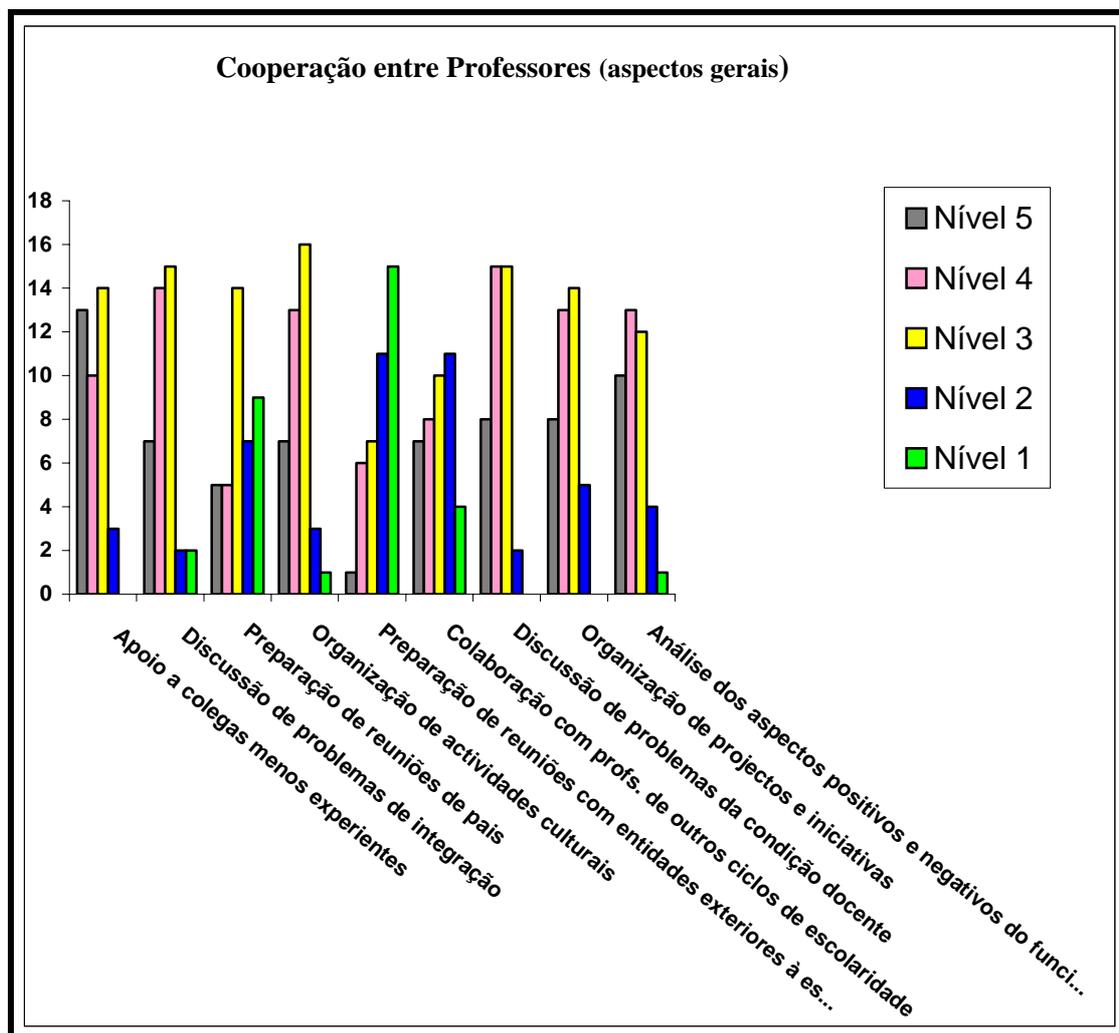


Gráfico 30

Através do gráfico 30, relativamente à cooperação entre os docentes, nos aspectos gerais relacionados com o desempenho da profissão, damos conta da existência de alguma dispersão das respostas pelos vários níveis com tendência para os níveis 3 e 2.

Assim sendo, a cooperação existe muito pouco na preparação das reuniões de pais, com entidades exteriores à escola e na colaboração com professores de outros ciclos de escolaridade.

A cooperação aparece mais valorizada na *discussão de problemas da condição docente, na análise dos aspectos positivos e menos positivos do funcionamento da escola e no apoio a colegas menos experientes.*

VIII RESULTADOS DOS ALUNOS

Os dados apresentados não contemplam os resultados dos alunos dos Programas PROFIJ, Oportunidade e Cidadania nem dos que frequentam os Currículos Alternativos.

Qualidade do sucesso escolar

No âmbito da qualidade do sucesso escolar foram consideradas as percentagens de transição dos alunos com ou sem aproveitamento relativas ao ano transacto (2000/2001), em termos relativos, uma vez que a análise em termos absolutos apresentar-nos-ia, na maioria das situações, uma leitura diferente.

N.º e Percentagem de Alunos Transitados com Aprovação

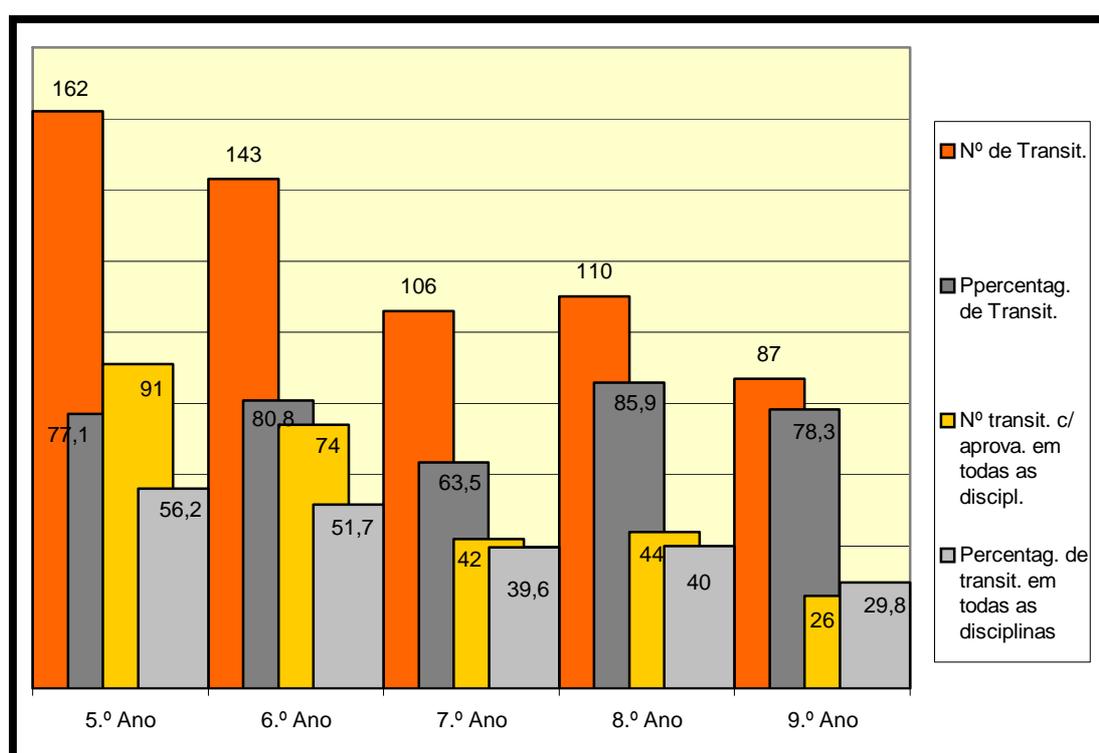


Gráfico 31

A percentagem de alunos **transitados** e **transitados com aprovação em todas as disciplinas**, expressa no gráfico 31, permite-nos inferir que, a nível do 2.º e 3.º ciclos, ela varia entre os 29,8% e os 85% verificando-se maior incidência de percentagem de transitados no 6.º e 8.º anos de escolaridade.

Verificamos desta forma que a percentagem de alunos **transitados** no 2.º ciclo varia entre os 77,1% e os 80,8%, com maior tendência para os alunos do 6.º ano.

No que se refere ao 3.º ciclo, a percentagem varia entre os 63,5% e os 85,9% com maior tendência para os alunos do 8.º ano e menor tendência para os do 7.º ano.

No que concerne à percentagem de alunos **transitados com aprovação em todas as disciplinas**, verificamos ainda, através do gráfico 31, que no **2.º ciclo**, ela varia entre os 56,2% e os 40%. Relativamente ao **3.º ciclo**, a percentagem apresenta variações entre os 29,8% e os 40%, com maior tendência para os alunos do 8.º ano e menor para os do 9.º ano de escolaridade.

Em síntese, podemos dizer que a percentagem de alunos que transita é maior no 2.º ciclo, quando comparados os dois ciclos entre si.

Nº e Percentagem de Alunos Transitados s/Aproveitamento a 1, 2 ou mais Disc.

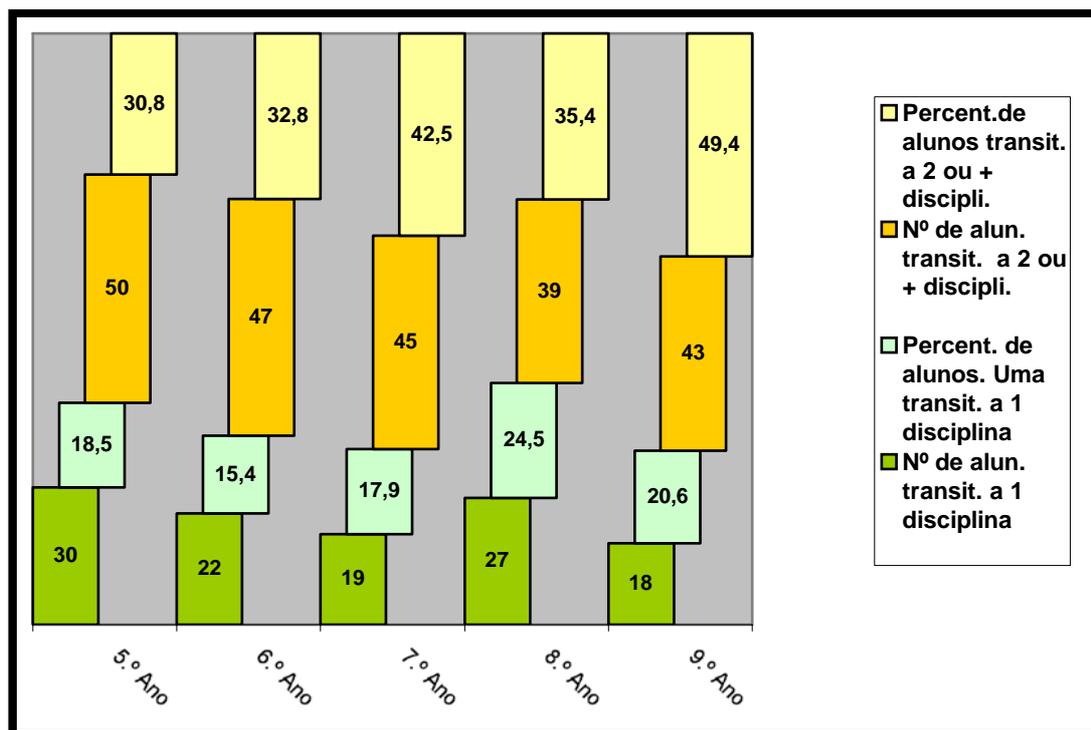


Gráfico 32

A leitura do gráfico 32 permite-nos verificar a percentagem de alunos **transitados sem aproveitamento a uma disciplina ou a duas ou mais**.

Assim, podemos inferir que a nível do 2.º e 3.º ciclos a percentagem varia entre os 16,4% e os 49,4% com tendência para os transitados sem aproveitamento a duas ou mais disciplinas no 3.º ciclo.

Verificamos desta forma que a percentagem de alunos **transitados sem aproveitamento a uma disciplina**, no **2.º ciclo**, varia entre os 15,4% e os 18,5%, com tendência para os do 5.º ano. No que se refere ao **3.º ciclo**, a percentagem varia entre os 17,9% e os 24,5%, com maior tendência para os alunos do 8.º ano e menor para os do 7.º ano.

No que concerne à percentagem de alunos **transitados sem aproveitamento a duas ou mais disciplinas**, verificamos através do mesmo gráfico que, no **2.º ciclo**, ela varia entre os 30,8% e os 32,8%, com tendência para os alunos do 6.º ano. Relativamente ao **3.º ciclo**, a percentagem oscila entre os 36,4% e os 48,4%, com maior tendência para os do 9.º ano e menor para os alunos do 8.º ano.

Em jeito de síntese, podemos afirmar que a percentagem de alunos que transita sem aproveitamento a duas ou mais disciplinas é maior em ambos os ciclos, quando comparada com a dos alunos que transitam sem aproveitamento a uma disciplina.

N.º e Percentagem de Alunos Transitados s/Apr. a L.Port. ou Mat. e a L.Port. e Mat.

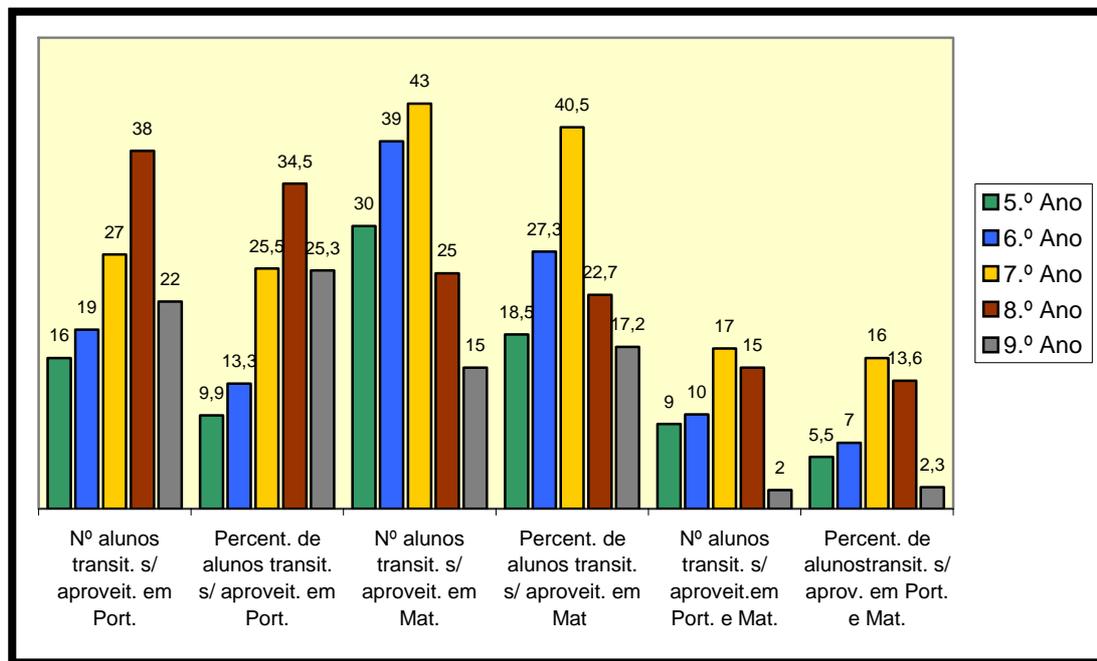


Gráfico 33

O gráfico 33 permite ilustrar a percentagem de alunos **transitados sem aproveitamento a Língua Portuguesa, a Matemática ou a ambas as disciplinas**.

Assim podemos inferir que a nível do 2.º e 3.º ciclos a percentagem de alunos que transita com estes défices varia entre os 2,3% e os 40,5%, com tendência para os transitados sem aproveitamento em Língua Portuguesa ou Matemática, nos dois ciclos.

Constatamos desta forma que a percentagem de alunos **transitados sem aproveitamento a Língua Portuguesa, no 2.º ciclo**, varia entre os 9,9% e os 13,3%, com tendência para os alunos do 6.º ano. Se analisarmos a percentagem de alunos **transitados sem aproveitamento a Matemática**, verificamos que ela é mais elevada, oscilando deste modo entre 18,5% e 27,3%, com tendência para os alunos do 6.º ano. Ao analisarmos a percentagem de alunos **transitados sem aproveitamento a Língua Portuguesa e a Matemática**, vemos que ela varia entre 5,5% e 7%, com alguma tendência para os alunos do 6.º ano.

Quando nos referimos ao 3.º ciclo, a percentagem de alunos **transitados sem aproveitamento a Língua Portuguesa**, varia entre os 25,3% e os 34,5%, com maior tendência para os alunos do 8.º ano e menor para os do 9.º ano. Se analisarmos a percentagem de alunos **transitados sem aproveitamento a Matemática**, verificamos que ela oscila entre 17,2% e 40,5%, com tendência relativa para o 7.º ano. Analisando a percentagem de alunos **transitados sem aproveitamento a Língua Portuguesa e a Matemática**, vemos que ela varia entre 2,3% e 13,7%, com maior tendência para os alunos do 8.º ano e menor para os do 9.º ano.

Assim sendo, a percentagem de alunos que transita sem aproveitamento a Língua Portuguesa ou a Matemática, quando comparados os dois ciclos entre si tende, em termos relativos, para ambas as disciplinas, no 3.º ciclo.

Por outro lado, podemos concluir que a percentagem de alunos que transita sem aproveitamento a Língua Portuguesa e Matemática, quando comparados os ciclos entre si, em termos relativos, é também maior no 3.º ciclo.

No âmbito do sucesso escolar, interessou-nos particularmente ver o percurso de uma geração de alunos, ou seja, aqueles que durante cinco anos fizeram a sua escolaridade no que concerne ao número dos alunos que iniciaram e dos que terminaram os ciclos.

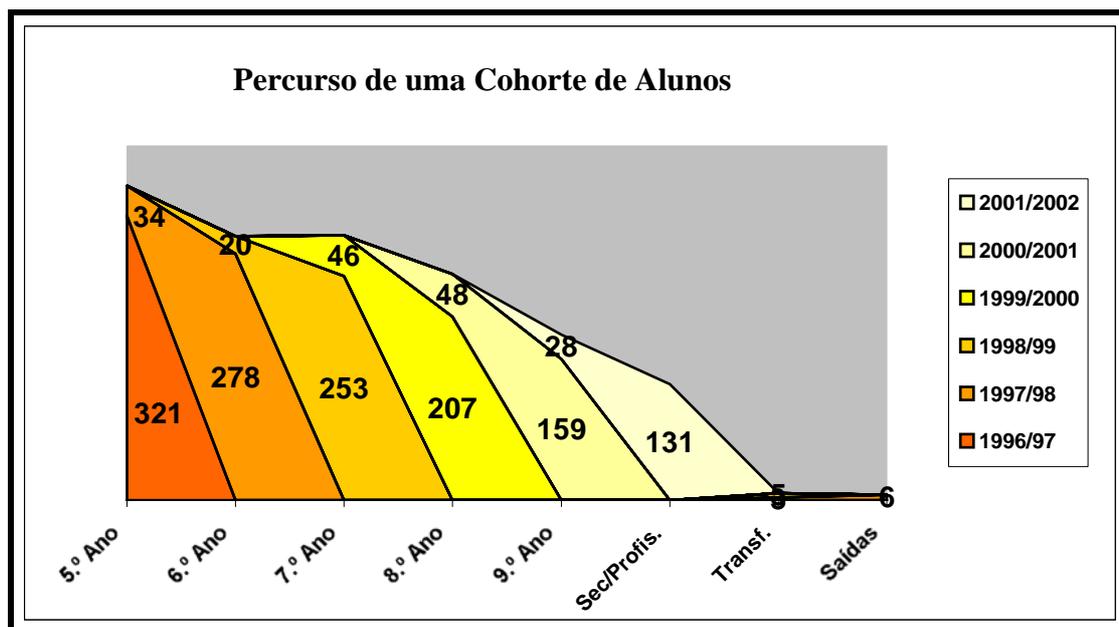


Gráfico 34

Assim, podemos verificar através do gráfico 34, que iniciaram no 5.º ano de escolaridade em 1996/1997, **321** alunos e terminaram, passados cinco anos, apenas **131** alunos, muito embora tivessem frequentado o 9.º ano 159 alunos.

Se analisarmos o gráfico por ciclos, constatamos que terminaram o 2.º ciclo **253** alunos dos **321** que o iniciaram, o que nos permite afirmar que **54** alunos não conseguiram realizar este ciclo em dois anos.

Da mesma forma podemos verificar que dos **253** alunos que iniciaram o 3.º ciclo apenas o concluíram **131**, o que nos leva a afirmar que **122** alunos não conseguiram realizar o 3.º ciclo nos três anos que lhes estavam destinados.

O número de transferências e de saídas não se nos afigura como relevante, uma vez que totalizaram apenas **14** alunos.

Taxa de abandono real

No que concerne ao abandono escolar, o gráfico 35 apresenta-nos a percentagem de alunos que abandonaram a escola:

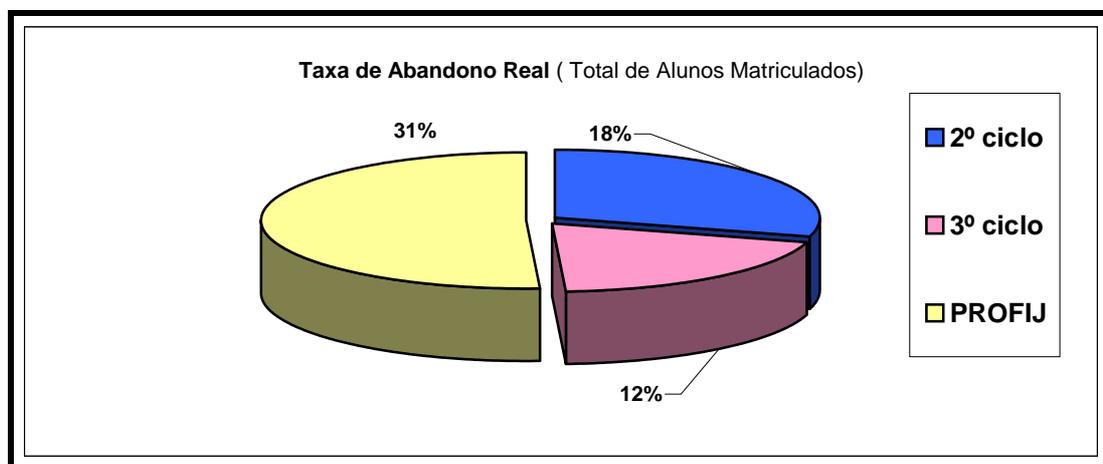


Gráfico 35

Podemos verificar deste modo que a percentagem de abandono escolar, se considerada em termos relativos (31%), teve maior incidência nos alunos que frequentaram o PROFIJ.

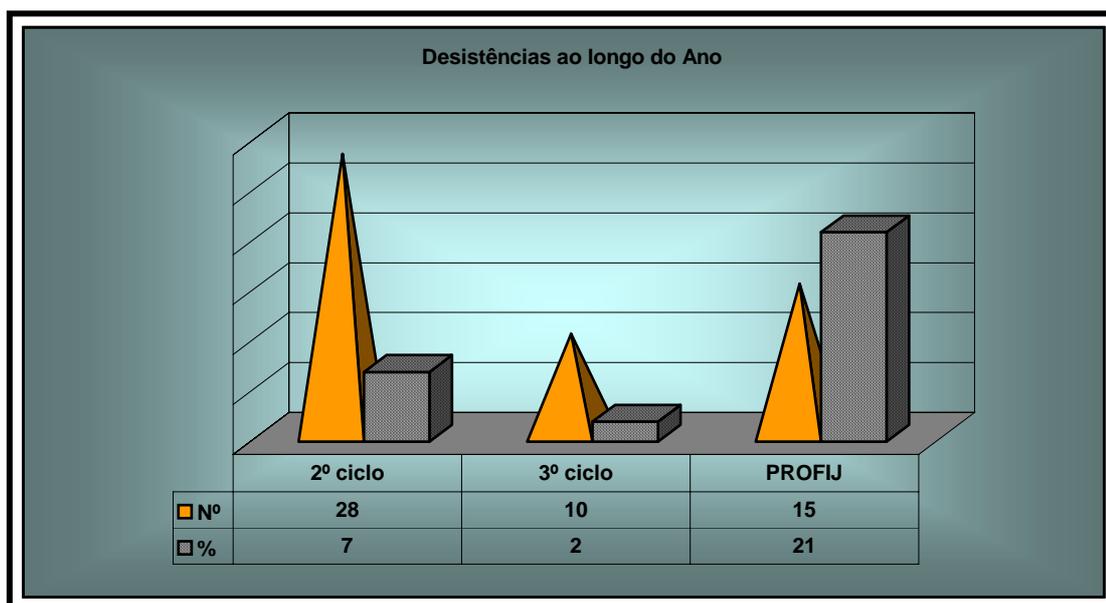


Gráfico 36

Por outro lado, a leitura do gráfico 36 permite-nos afirmar que, em termos absolutos, foram os alunos do 2.º ciclo (28) que apresentaram maior abandono escolar.

CAPÍTULO 3

I O DESEMPENHO DA ESCOLA

INSTRUMENTOS DE AUTONOMIA DA ESCOLA

Projecto Educativo de Escola (PEE)

O PEE contempla como uma das suas prioridades a procura duma identidade própria, valorizando a Educação para a Cidadania.

Faz o diagnóstico da escola:

- através da caracterização da escola e do meio
- da caracterização do contexto sociocultural dos alunos
- das taxas de transição, absentismo e abandono escolar

Faz a identificação dos problemas da escola:

- absentismo e abandono escolar
- população escolar flutuante e oriunda de meios socioculturais diversificados
- população docente flutuante

Define prioridades:

- criar condições facilitadoras de formas de integração dos alunos
- melhorar significativamente as condições de trabalho
- criar condições para tornar a Escola uma instituição com identidade própria

Contempla os seguintes domínios de intervenção decorrentes dos princípios orientadores/finalidades/objectivos:

- autonomia
- escola/meio
- organização pedagógica
- sucesso educativo
- currículos
- recursos

Contempla ainda outros domínios:

- valorização do conselho de turma como elemento essencial do processo ensino-aprendizagem
- implementação de medidas com vista a promover a formação contínua (pessoal docente e não docente)
- renovação do equipamento com vista ao apetrechamento da sala multimédia

Refere a existência do Observatório da Qualidade na escola, revelando o cuidado com a qualidade da educação ministrada no estabelecimento.

Plano Anual de Actividades (PAA)

O PAA apresenta-se com uma **estrutura adequada** aos princípios orientadores/finalidades/objectivos formulados no PEE.

As linhas de acção ou estratégias do PAA **estão articuladas** com os princípios orientadores/finalidades /objectivos formulados no PEE.

As actividades do PAA evidenciam a **presença da componente curricular**.

As actividades enunciadas no PAA agregam de forma equilibrada componentes **disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares**:

- projectos curriculares de turma
- planificações programáticas
- programas de valorização da língua portuguesa
- programas de dimensão intercultural
- projectos de sequencialidade de programas
- programas de formação pessoal e social
- medidas de apoio educativo
- projectos de currículos alternativos
- programas de intercâmbio escolar/semanas disciplinares

As actividades previstas no PAA revelam que a escola **prossegue estratégias de equidade** adaptadas às características e necessidades dos alunos.

As actividades do PAA dirigem-se a um conjunto diversificado de destinatários:

- alunos, professores, funcionários, pais/encarregados de educação

As actividades do PAA contemplam **acções de formação adequadas às necessidades dos destinatários**:

- reorganização curricular
- áreas curriculares não disciplinares
- avaliação
- informática e Internet
- relacionamento com os alunos
- funções do pessoal não docente

As actividades do PAA propiciam **oportunidades de socialização** a todos os intervenientes da comunidade educativa:

- acolhimento aos novos alunos e professores
- torneios desportivos
- celebração de efemérides
- visitas de estudo e passeios
- festas de final de ano

Regulamento Interno (RI)

Apresenta objectivos implícitos no seu “preâmbulo”, adequados aos princípios orientadores formulados no PEE.

Enuncia os direitos e deveres dos actores internos (professores e alunos e funcionários não docentes) e externos (pais, encarregados de educação e outros).

Combina, de uma forma equilibrada, a dimensão dos direitos e dos deveres.

Contempla as atribuições/competências dos órgãos da escola, de acordo com o normativo legal.

Regula o Observatório da Qualidade da Escola.

Regula as visitas de estudo.

As regras definidas não são uma mera transcrição dos normativos legais em vigor, embora se verifique a remissão para os mesmos. Referem aspectos específicos do funcionamento da escola.

FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

CONSELHO EXECUTIVO

A matriz para elaboração dos projectos curriculares de turma revela **capacidade de iniciativa e empenhamento** deste órgão.

A iniciativa de criação de provas aferidas na escola para os 6.º e 9.º anos evidencia **preocupação com o controlo da aprendizagem**.

A recepção aos alunos e pessoal docente é **facilitadora da integração na comunidade educativa** dos novos elementos.

As actas do Conselho Executivo reflectem a preocupação com:

- os aspectos pedagógicos associados não só aos alunos como aos docentes
- o absentismo do pessoal docente
- a reorganização curricular
- a avaliação dos alunos

As determinações do Conselho Pedagógico, nomeadamente as relacionadas com a avaliação, são executadas por este órgão.

A existência do clube desportivo da escola conduz à prática da actividade desportiva, para além de divulgar a escola a nível regional e nacional.

A **falta de assiduidade do corpo docente** é entendida, tanto pelo órgão de gestão como pela Associação de Pais e Encarregados de Educação como **um dos factores responsáveis pelo insucesso escolar e pela indisciplina na escola**.

CONSELHO PEDAGÓGICO

O conselho pedagógico **definiu os critérios de avaliação dos alunos**, muito embora aqueles valorizem preferencialmente a actividade escrita.

Definiu princípios gerais nos domínios da **articulação e diversificação curricular, dos apoios e complementos educativos e das modalidades especiais de educação escolar**.

Reflectiu e analisou a **reorganização curricular**, prevendo formas da sua execução (patente nos documentos observados).

Nas actas do Conselho Pedagógico é visível a preocupação com a avaliação dos alunos.

COORDENADORES/DIRECTORES/CONSELHOS DE TURMA

A atenção dispensada aos alunos que iniciam o 2.º ciclo é visível na entrega do Regulamento Interno da escola, em linguagem simples e adequada ao nível etário.

A modalidade de apoio educativo é preferencialmente a Sala de Estudo, já implementada na escola há vários anos o que permitiu a sua articulação com a área de Estudo Acompanhado.

A orientação do conselho pedagógico/executivo relativa à organização dos dossiês de turma é executada com eficiência.

Os cadernos de registo das actividades diárias das turmas analisadas, apresentam-se devidamente organizados, reflectindo um trabalho orientado da sala de aula.

A avaliação contempla os domínios do conhecimento, competências, atitudes e valores, de uma forma estruturada e estão previstas formas de auto e hetero-avaliação.

Foram implementadas actividades de enriquecimento curricular, no âmbito dos clubes, os quais foram coordenados por professores a título gratuito. Este procedimento reflecte a preocupação dos docentes em proporcionar aos alunos o referido enriquecimento curricular.

Os Planos Curriculares de Turma (PCT) apesar de fazerem o diagnóstico da turma, não correspondem, na sua maioria (apenas um), à matriz elaborada pelo Conselho Executivo.

A elaboração dos PCT, apesar de não corresponder ao pretendido pela escola, exigiu dispêndio de muitas horas e a maior dificuldade encontrada residiu na articulação entre as várias disciplinas, que deveria ter sido feita previamente e não foi, considerando que este ano a elaboração de tais planos constituiu uma primeira experiência na escola.

Não foi visível na análise dos dossiês o reajustamento dos PCT, embora em entrevista fosse referido pelo Coordenador dos Directores de Turma que os mesmos mereceram uma análise.

Os planos individuais dos alunos não são suficientemente individualizados, apresentando-se as tarefas previstas com um grau de dificuldade incompatível com o aluno a que se destinam.

Os livros de registo dos sumários das turmas observadas apresentam incorrecções de organização (rasuras, uso do corrector, não são abertos com a antecedência devida, expressões riscadas, espaços por preencher, registos a lápis, ausência de alguns sumários).

O semanário horário dos docentes não regista as horas destinadas à coordenação pedagógica, conforme o anexo ao Despacho Normativo n.º 37/2001, de 16 de Agosto.

DEPARTAMENTO CURRICULAR/GRUPO DISCIPLINAR

Os critérios de avaliação definidos em conselho pedagógico são operacionalizados no departamento a que pertence a disciplina de Língua Portuguesa e no respectivo grupo disciplinar.

A prática da avaliação formativa, bem como o recurso a instrumentos de avaliação diversificados, são referidos nos documentos observados.

A reflexão e a análise sobre a reorganização curricular são evidentes nos documentos destes órgãos.

A criação de coordenadores para as novas áreas curriculares não disciplinares de Estudo Acompanhado e Área de Projecto evidencia a preocupação com a implementação da reorganização curricular.

A falta de coordenação entre os professores dos 2.º e 3.º ciclos é facilitada pela existência de coordenadores de disciplina/delegados por ciclos de escolaridade.

As actas das reuniões deste órgão, estrutura de orientação educativa, prevista no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 115-A/98, com carácter abrangente e predominantemente pedagógica, não reflectem o tratamento e a análise de assuntos dessa natureza.

A subdivisão desta estrutura pedagógica nos conselhos de grupo disciplinar esvazia as competências pedagógicas do departamento curricular e retira horas do crédito global que poderiam ser utilizadas com maior proveito noutras actividades.

II RECOMENDAÇÕES

Em presença dos dados recolhidos, das entrevistas realizadas e dos documentos analisados, recomendamos:

- O reforço da articulação entre os dois ciclos, quer no plano curricular quer na organização de processos de acompanhamento que assegurem uma maior qualidade das aprendizagens;
- A valorização das actividades que se prendem com a turma, centro aglutinador das aprendizagens, ainda que em detrimento das relacionadas com as dos grupos disciplinares, facilitadas pelo progressivo grau de profissionalização dos docentes;
- O reforço dos aspectos pedagógicos nas reuniões de departamento curricular, estrutura de orientação educativa, prevista no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio;
- A reanálise trimestral dos PCT, aquando das reuniões de avaliação sumativa, a fim de efectuar eventuais reajustamentos ou apresentação de propostas para o ano seguinte, de acordo com o n.º 5 do artigo 9.º da Portaria n.º 62/2001, de 25 de Outubro;
- A elaboração dos planos de prevenção do insucesso escolar em qualquer momento do ano lectivo e sempre que qualquer modalidade de avaliação assim o justifique, cumprindo o estipulado no n.º 2 do artigo 46.º do Despacho Normativo n.º 24/2001, de 26 de Abril;
- A reflexão sobre a necessidade da existência do delegado de disciplina, face à existência obrigatória do coordenador de departamento curricular, com competências idênticas e mais abrangentes;
- A prática da auto-avaliação ao longo do ano, como forma não só de os alunos serem co-participantes no seu próprio processo de aprendizagem, mas também para dar cumprimento ao disposto na alínea f) do n.º 3 do artigo 6.º da Portaria n.º 62/2001, de 25 de Outubro;
- A definição, no Regulamento Interno da escola, da forma de participação dos pais no processo de avaliação dos alunos, de acordo com o postulado na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 62/2001, de 25 de Outubro;
- A divulgação do Regulamento Interno pelos vários sectores da escola a que o mesmo diz respeito;
- A responsabilização do director de turma pela organização do livro de ponto, de acordo com o preconizado no Regulamento Interno da escola;
- A responsabilização dos diversos órgãos pela correcção linguística dos documentos produzidos.